

MANDATO XIII**ATA Nº. 7/2022****SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2022**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Braga, no Auditório José Sarmento, no Mercado Cultural do Carandá, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Américo dos Santos Afonso, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário.

MAIORIA LEGAL - A SR^a. PRESIDENTE DA MESA comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e três membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Filipe Monteiro Marques, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Maria Ester da Silva Taveira, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos de Freitas Alcaide, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Sofia Patrícia Travassos de Freitas Alcaide, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Maria Alexandra Palmeira e Álvares Pereira de Lima Antunes Lopes, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, José Carlos Vaz da Silva, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, Catarina Lourenço Ribeiro, Bruno Alexandre Rocha Gonçalves, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Fausto Alves Farinha, Néilson Jorge Ferreira Duarte, Sandra

Raquel Rodrigues Ribeiro, Susana Rafaela Ferreira Leite, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Bruna Daniela Gonçalves do Coto, Sara Adelaide Fernandes Dias, Sandra de Oliveira Cardoso, João Pedro Carvalho Melo, Cândido Filipe Carvalho de Almeida, António Meireles de Magalhães Lima, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Sérgio Alcindo Leite Pereira Junior, Tiago Jorge Monteiro Teixeira, Bruno Miguel Carvalho Machado, Abel Bruno Ferreira Gomes, Maria Guilhermina da Costa Vieira, Luís Filipe Paiva da Mora Pedroso, João Miguel Vilaça Pires, Diogo Martins Rodrigues Farinha, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Carlos Miguel da Silva Abreu Guimarães, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Carolina Nogueira Vilaça Teixeira, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, José Carlos Ribeiro Ferreira, Eduardo Araújo Fernandes, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, Célia Cristina da Silva Rocha, Manuel de Azevedo Martins, José António Pinto de Matos, Nuno Filipe Ferreira da Silva, Óscar José Vieira Peixoto Alves, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Romeu Taveira Gomes, José Fernando Ferreira Vilaça, Maria da Glória da Silva Basto, Sandra Maria Araújo Costa, Maria Elizabete Marques da Silva, Rolando Manuel Oliveira Vilaça, Dinis Filipe Gomes de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Bento Duarte da Silva, Palmira Maciel Fernandes da Costa, José Pedro Pires Machado, José Miguel Ferreira da Silva, Pedro Afonso Teles, Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, Bruno Miguel Pereira Torres, Augusto José Urjais Gonçalves Oliveira Gomes, João Jorge Ferreira Baptista, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Marcos Manuel da*

Silva Couto Oliveira, André Costa Castanho Correia, Ana Filipa Duarte Martins, Rita Costa Pinto de Barros, Alexandre Ferreira Carvalho, Ana Paula Quintela Rodrigues, Bárbara dos Santos Lopes. FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS: António Filipe Dias Melo Peixoto e Carmindo João da Costa Soares. Passou-se ao PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO. Neste período registou-se a intervenção do SR. ANTÓNIO POÇAS BARBOSA E SILVA que começou por revelar que era um munícipe de Braga, há cinquenta e sete anos e iria ali levantar a questão do encerramento da Feira de Velharias e Antiguidades de Braga, que se realizava no terceiro sábado de cada mês. A feira foi encerrada temporariamente devido à Covid, ao confinamento, como ocorreu por todo o lado, a nível nacional. E o que se passava era que em Braga, por decisão extemporânea do Senhor Presidente da Câmara, foi encerrada definitivamente, tendo os feirantes recebido uma carta a avisar que tinha acabado. Nos seus tempos livres começou a vender velharias porque tinha muita coisa em casa. Fazia uma série de feiras antes do ocorrido. Era uma boa feira que fazia falta à cidade. Era uma feira que, apesar de tudo, trazia espanhóis. Não era como em Valença ou como em Ponte de Lima que trazia muitos espanhóis. Mas trazia cá espanhóis, galegos. Era uma feira que animava a parte central, uma parte nobre da cidade. Era uma feira que enobrecia também a cidade, porque se vendiam lá muitas coisas, pois havia muita gente que gostava de velharias e de antiguidades. A sua questão era essa, porque se tinha encerrado sem consultar ninguém, sendo que era uma mais valia para a cidade e também um acréscimo de rendimento para as pessoas que faziam a feira. Alguns deles tinham lojas abertas e havia uma crise muito grande em termos de antiguidades. Não lhe parecia bem que assim fosse, sem ouvirem as pessoas. Passou-se, depois, ao PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, que teve início com a apresentação de uma

Saudação ao vinte e cinco de abril, pela Sr^a. Deputada da C.D.U., SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO, do seguinte teor: “Hoje, saudamos, nesta Assembleia, a Revolução do vinte e cinco de abril! Mas é preciso não deixar esquecer...É preciso não deixar esquecer o que foi o fascismo; que significou a negação das liberdades políticas e individuais, as perseguições, prisões, torturas e assassinatos de opositores políticos; e significou também o analfabetismo, a falta de cuidados de saúde, o colonialismo, o racismo, a guerra, a discriminação legal das mulheres, a corrupção como política de Estado por via da captura e fusão do poder político com o poder económico. É preciso não deixar esquecer que o fascismo significou ainda décadas de miséria e pobreza generalizadas, de atraso económico e de saque de recursos nacionais a favor dos monopólios e latifundiários e da acumulação de fortuna nas mãos de alguns. É preciso não deixar esquecer que abril é do povo! Resultou de uma longa luta antifascista e do levantamento popular na sequência de um golpe militar. Esta aliança, Povo-MFA, criou condições para a liquidação da estrutura socioeconómica monopolista e latifundiária em que o fascismo se alicerçava. É preciso não deixar esquecer que a correspondência das conquistas da Revolução com as aspirações e anseios populares foi de tal ordem e ganhou tamanha força material, que mesmo aqueles que se lhes opunham não tiveram força para as impedir! E, acima de tudo, é preciso não deixar esquecer que, apesar de décadas de ofensiva contrarrevolucionária, a realidade de Portugal continua hoje a ter a marca da Revolução de Abril e de muitas das suas conquistas. E é por tudo isto que é preciso comemorar abril! É preciso comemorar abril, porque abril é fruto de uma abnegada dedicação à luta, pela democracia e liberdade, de muitos comunistas e outros democratas; de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude e do povo. É preciso comemorar abril, porque a Revolução libertadora

dos cravos trouxe profundas transformações à sociedade portuguesa, e é, hoje, assumidamente, um dos momentos mais altos, senão o mais alto, da vida e da história do povo português e de Portugal. É preciso comemorar abril, porque se exige, hoje mais do que nunca, reafirmar a importância das suas conquistas e sublinhar os seus valores democráticos, assentes na igualdade de oportunidades para todos e cada um dos cidadãos deste país, através de um estado social forte e solidário. Mas também é preciso comemorar abril, com os olhos postos no futuro... Os valores que a Revolução projetou de liberdade, democracia, justiça social, paz e soberania, juntamente com as conquistas alcançadas pelos trabalhadores e o povo nas liberdades políticas e nos direitos económicos e sociais, refletiram e deram tradução às reivindicações que durante quase meio século foram afirmadas na ação e luta antifascistas. Essas conquistas e valores continuam, hoje, a afirmar-se como referência para a resposta a problemas atuais e, simultaneamente, como projeto de futuro. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, delibera que é, então, preciso comemorar abril, não deixando esquecer o passado, mas a olhar para o futuro, projetando as suas conquistas e valores, convocando a energia e a alegria de viver e de lutar pela construção de um Portugal melhor: desenvolvido, de progresso, de paz e soberano". Posta à votação, foi a presente saudação aprovada por unanimidade. Seguiu-se a intervenção da Sr^a. Deputada do B.E., SANDRA CRISTINA ANDRADE CARVALHO, para apresentar um Voto de Saudação ao vinte e cinco de abril, que dizia: "Dois mil e vinte e dois marca o arranque das celebrações do quinquagésimo aniversário da Revolução de Abril, que se assinalarão ao longo de cinco anos (dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte e seis). É tempo de lembrar a história da resistência à ditadura e ao colonialismo, convocar a memória e a atualidade dos dias da Revolução, de

*transformação e de esperança que deram origem à nossa democracia. Foi através da ação desencadeada pelos Capitães de Abril, apoiada pelo povo, que se terminou com a ditadura fascista do Estado Novo, que se pôs fim à PIDE, que se acabou com a censura, que se libertaram os presos políticos e se terminou com a guerra colonial. A Revolução consagrou direitos e liberdades fundamentais que celebramos, designadamente na saúde, com a criação do Serviço Nacional de Saúde, na educação, na habitação, na proteção social ou na consagração de direitos laborais. As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a Revolução não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia, combater as desigualdades e a exclusão social e lutar por uma sociedade mais justa para todos e para todas. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida a vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, ao abrigo do artigo vigésimo quinto, número dois, alíneas j) e k) do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo terceiro, número três da Lei Um - A barra dois mil e vinte, de dezanove de março, delibera: Saudar o quadragésimo oitavo aniversário da Revolução de Abril, bem como as comemorações do quinquagésimo aniversário que decorrerão entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e seis, prestando tributo a todas e todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação do Estado social". Posto à votação, foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. A palavra foi dada à Sr^a. **Deputada do P.S., CATARINA LOURENÇO RIBEIRO**, para proceder à apresentação de outro **Voto de Saudação ao vinte e cinco de abril**, do seguinte teor: "Um voto de saudação ao vinte e cinco de Abril e às suas celebrações, no ano em que atingimos mais tempo*

de vida democrática do que autocrática acarreta uma grande responsabilidade. Sobre o regime ditatorial anterior a setenta e quatro, muitos dos que cá estão presentes não têm memória viva, e resistem as memórias das muitas estórias que fomos ouvindo durante estes quarenta e oito anos. Sobre as tensões que marcaram o primeiro ano e meio do regime democrático, golpes e contragolpes, saneamentos e perseguições, destruição de bens, ocupações, confrontos físicos, processos de intenção, sobrevivem memórias de visões mais ou menos românticas, mais ou menos ressentidas, dependendo do grau de opressão sentido pelos interlocutores, mas sobretudo da generosidade para construir um país novo. O sabor da liberdade, a alegria do fim da guerra, a esperança no futuro, os conflitos permanentes, o questionamento radical dos valores tidos como certos, são o legado do vinte e cinco de Abril e apesar das diferenças com que se olha para aquele período, há na sociedade portuguesa uma visão largamente partilhada sobre o regime anterior, que genericamente se consubstancia na rejeição. São poucos, muito poucos, os que defendem aquilo que o vinte e cinco de Abril derrubou. Li algures, o vinte e cinco de Abril é a cola que nos une. As instituições democráticas consolidaram-se e a sociedade mobilizou-se para que se legitimasse o novo regime - a democracia, e um novo valor - a liberdade. O que se passou em Portugal não foi uma mera transição de regime - foi uma revolução social e a participação cívica tornou-se hábito e, em muitos casos, foi assumida como regra. O vinte e cinco de Abril em mil novecentos e setenta e quatro trouxe a paz, a liberdade e a democracia. Quarenta e oito anos depois representa ainda mais do que isso. Representa o acesso à saúde, à educação, à proteção social para todos, à exigência de justiça, ao desenvolvimento económico, à coesão social e particularmente ao combate às desigualdades, inscrita numa vontade coletiva de construir um país melhor. E sobre desigualdades haverá um longo caminho a

*percorrer. Trilhar o caminho das soluções é a obrigação que nos cumpre sempre que evocamos os valores de abril. Sou filha, mãe, amiga, profissional e política. Sou mulher. O caminho da igualdade de género está definido, mas em certa parte, por trilhar. São muitas as evidências de que embora encetado o caminho, as desigualdades persistem. As desigualdades nas pensões, as desigualdades salariais em idade ativa, a irrelevância a que foi votado o trabalho não remunerado doméstico prestado maioritariamente pelas mulheres, preponderante para a economia e para a produção de riqueza do país, nunca contabilizado, a desigualdade no acesso a lugares de decisão, Chefia e Administração. A administração pública tem feito um esforço para colmatar esta lacuna. Há, porém, ainda muito por cumprir quanto a políticas públicas no âmbito da habitação e dos transportes, à qual mulheres piores remuneradas têm menos acessibilidade, possibilidade e enfrentam até alguma insegurança. Se analisarmos outros setores o cenário é ainda mais dramático. Por tudo isto, e porque o legado de abril assim nos obriga, celebremos a liberdade e reflitamos sobre o caminho que temos ainda a percorrer”. Posto à votação, foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. Interveio de seguida a **Sr^a. Deputada do B.E., SANDRA CRISTINA ANDRADE CARVALHO**, para apresentar um **Voto de Saudação ao primeiro de maio, dia do trabalhador**, salientando que: “Em mil oitocentos e oitenta e quatro, a Federation of Organized Trades and Labor Unions (FOTLU) do EUA definiu a data de um de Maio de mil oitocentos e oitenta e seis como limite para que se estabelecesse uma jornada de trabalho de oito horas. No dia um de Maio de mil oitocentos e oitenta e seis realizaram-se diversas greves em todo o país e, no dia quatro de Maio de mil oitocentos e oitenta e seis, decorreu em Chicago uma manifestação que originou o massacre de Haymarket. Em mil oitocentos e oitenta e nove, a segunda Internacional*

Socialista, reunida em Paris, declarou o primeiro de Maio como dia de luta pelo direito às oito horas de trabalho. Em Portugal, o Dia do Trabalhador foi assinalado pela primeira vez em mil oitocentos e noventa. Após a Implantação da República, diversos concelhos declaram o dia um de Maio dia feriado. Todavia, o dia Dia do Trabalhador só foi declarado feriado nacional após a revolução de vinte e cinco de Abril de setenta e quatro. O primeiro Dia do Trabalhador celebrado livre e nacionalmente foi o de mil novecentos e setenta e quatro, uma explosão de democracia que juntou milhares de pessoas em diversas cidades do país e que marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o direito a férias e a subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de três mil e trezentos escudos (dezasseis euros e meio). Foi também após esta data que se consagrou o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores. As conquistas de Abril não são dados adquiridos como a realidade infelizmente nos lembra todos os dias, quando vemos situações como a dos trabalhadores que trabalham em estufas em condições de escravatura. A precariedade ramifica-se em múltiplas e engenhosas versões, seja com recibos verdes, empresas de trabalho temporário, subcontratação, trabalho não declarado, bolsas, estágios ou contratos de emprego inserção. Celebrar o primeiro de Maio é lembrar as muitas conquistas obtidas com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, mas também lembrar o tanto que já foi retirado e o tanto que há ainda a conquistar. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, ao abrigo do artigo vigésimo quinto, número dois, alíneas j) e k) do Anexo

um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo terceiro, número três da Lei Um – A barra dois mil e vinte, de dezanove de março, delibera: Um - Saudar dia primeiro de Maio, Dia do Trabalhador. Dois - Saudar as trabalhadoras e os trabalhadores do concelho de Braga; Três - Saudar os trabalhadores e trabalhadoras que se encontram sujeitos a maior vulnerabilidade e exploração laboral por serem pessoas migrantes, refugiadas, negras, mestiças, ciganas, por terem uma deficiência ou por serem lésbicas, gays, bissexuais ou transexuais. Quatro - Saudar as mulheres trabalhadoras e a luta pela igualdade numa sociedade machista e patriarcal que continua a impor-nos uma dupla e tripla jornada de trabalho, acumulando o trabalho com os cuidados da casa e da família. Cinco - Saudar a coragem de todas as pessoas que lutam contra a precariedade laboral, pela dignidade no trabalho, por direitos laborais, pela defesa da democracia, do progresso social, do emprego, dos salários e das pensões”. Posto à votação, foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. Seguiu-se a intervenção da Sr^a. **Deputada do P.S., PAULA JULIETA RAMADA FERREIRA CAMELO**, para apresentar um outro **Voto de Saudação ao Primeiro de Maio**, que destacava: “No vinte de junho de mil oitocentos e oitenta e nove, a segunda Internacional Socialista, reunida em Paris, decidiu convocar anualmente uma manifestação com o objetivo de lutar pela jornada de oito horas de trabalho. A data escolhida foi o primeiro dia de maio, como homenagem às lutas sindicais de Chicago. Decorridos cento e trinta e seis anos depois da manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago e quarenta e oito depois do primeiro de Maio celebrado livremente em Portugal, o primeiro de Maio continua a ser um dia de luta dos trabalhadores e mantém todo o seu significado e atualidade. O movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça

social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias. Desde então as lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical, nacional e internacional têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores. Pelo mundo fora continuam as lutas nas fábricas, nas minas, nas explorações agrícolas, nas escolas e em muitos outros locais. Contudo, não podemos ignorar que a globalização e os avanços tecnológicos trouxeram novas formas de trabalhar, novas formas de explorar e novas formas de lutar. Lado-a-lado com os operários fabris estão hoje precários, operadores de call center, enfermeiros, tradutores, seguranças privados, bolseiros, trabalhadores independentes e muitos outros. Nesta data, destacam-se não só as conquistas no campo dos direitos dos trabalhadores, mas também a tomada de consciência para a falta de condições de trabalho que ainda se verificam por todo o mundo. Graças à coragem e persistência dessas pessoas, foram conquistados direitos e benefícios dos quais hoje se usufrui. Neste Dia Internacional do Trabalhador em que se homenageia a luta dos trabalhadores que reivindicaram por melhores condições de trabalho, não podemos deixar de recordar a importância das mudanças no mundo do trabalho, neste século e das novas formas de trabalho, tantas vezes sem direitos e sem estruturas representativas que por eles lutem. O Dia do Trabalhador é da maior importância para o movimento sindical e para aqueles que representa, mas também para todos os que defendem uma sociedade mais justa e solidária. Em Portugal é o dia em que afirmamos os valores do sindicalismo e a necessidade do progresso económico e social. A Assembleia Municipal de Braga, reunida em vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, delibera, sob proposta do PS: Prestar homenagem à luta de todos e todas as trabalhadoras e saudar todas as

suas conquistas”. Posto à votação, foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. Usou depois da palavra o **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, para proceder à apresentação de um **Voto de Congratulação**, cujo conteúdo revelava: “A Inteligência Artificial constitui a área tecnológica em maior expansão nos nossos dias e representa indubitavelmente uma das maiores fontes de crescimento económico e empregabilidade para a próxima década. É, assim, inquestionável que a Inteligência Artificial deverá merecer toda a atenção nos próximos anos e a cidade de Braga não deverá constituir uma exceção, até por se tratar de um concelho tradicionalmente forte nas Tecnologias da Informação, com instituições académicas pioneiras em termos de investigação e de inovação. Felizmente, também nesta área, as empresas do nosso concelho têm demonstrado capacidade de inovação e de afirmação no mercado, sendo disso um exemplo recente a captação de investimento por parte da AgentifAI. Esta é uma empresa de IA especializada em tecnologias de linguagem natural que angariou cerca de dez milhões de euros numa ronda recente de investimento, para expansão do seu mercado a nível europeu e americano. A IL estará sempre ao lado dos empreendedores e das empresas que procuram criar riqueza, com modelos de negócio modernos e promotores de emprego. Assim, não pode a Iniciativa Liberal deixar de expressar um voto de louvor à empresa AgentifAI, a Rui Lopes, o empreendedor que fundou e lidera esta empresa, bem como a todos os seus trabalhadores que tornaram isto possível, pelo que se propõe que a Assembleia Municipal de Braga delibere nesse sentido”. Posto à votação, foi o presente voto de congratulação **aprovado com sete abstenções**. O **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, apresentou uma **Declaração de Voto** no sentido de que a abstenção do B.E. se devia ao facto de a Assembleia

Municipal não se poder transformar num promotor de empresas. Era evidente que os investidores e os trabalhadores eram bem-vindos e era saudável que eles tivessem sucesso e que o concelho tivesse sucesso. Agora, se fossem saudar ali uma empresa concreta, um investidor concreto, não lhe parecia que fizesse muito sentido e daí a sua abstenção. O Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES apresentou também uma Declaração de Voto, expressando que o PSD tinha uma visão claramente distinta daquela do Bloco de Esquerda e votaram favoravelmente aquele voto, porque não só aquela empresa, como várias outras, e julgava que aquela era só representativa de um conjunto de empresas no concelho, que tinha sabido vencer as fronteiras tradicionais, físicas e até de alguma, eventualmente, se lhe quisessem chamar, humildade ou falta de capacidade de ir para além das fronteiras do concelho, eles tinham conseguido a AgentifAI, como outras, conhecia particularmente bem o caso, porque era amigo do Rui Lopes há muitos anos e, portanto, sabia bem que ele era um exemplo claro daquilo que era, no fundo, o trabalho árduo, a capacidade de fazer desse trabalho árduo inovação e, através dessa inovação, criar valor não só económico, mas também àquele nível do conhecimento. Ele próprio, se lhe quisessem aplicar esse título, era um spin off da Universidade do Minho e através disso, através dessa capacidade também da própria Universidade, de dar a formação necessária a quem quisesse singrar na vida, ele era um bom exemplo para poderem ir e dizer que havia bons embaixadores do concelho em várias áreas, mas naquela, sobretudo, que estava ligada à tecnologia, aos avanços tecnológicos, a uma área que tinha tantos perigos quanto potencialidades, mas naquele caso era uma área que estava a ser bem explorada e com cuidados éticos, que eram também muito importantes na área da inteligência artificial, merecia, sem dúvida, o seu voto e merecia, sem dúvida, que o concelho olhasse para aquela empresa, como outras

empresas do género, daquele e de outros sectores, como embaixadores. Aliás, esse tinha sido um papel que o Município tinha levado a cabo desde há vários anos a esta parte, que era olhar para aquelas empresas e para outras, como verdadeiros embaixadores da cidade e, por isso, o seu voto favorável. Depois foi presente um **Voto de Louvor pelo Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., DIOGO CARLOS MENDES ALMEIDA DA SILVA**, que dizia: “O CIAB – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo nasce em quinze de março de mil novecentos e noventa e sete (Dia Mundial dos Direitos do Consumidor), na sequência da assinatura de um protocolo entre o Instituto do Consumidor, a Câmara Municipal de Braga e a Associação Comercial de Braga, com uma competência limitada a Braga, então com uma população de cerca de cento e sessenta mil habitantes e com uma competência em razão do valor limitada a quinhentos mil escudos (cerca de dois mil e quinhentos euros) funcionando em instalações cedidas pela Associação Comercial de Braga. Os centros de arbitragem são instituições que garantem apoio à realização de arbitragens e foram criados especificamente com esse fim. Não se substituindo aos tribunais comuns, são, todavia, uma forma ágil, rápida e económica de dirimir conflitos entre consumidores e empresas prestadoras de bens e serviços, utilizando os procedimentos de resolução alternativa de litígios que a lei prevê para esta atividade: a mediação, a conciliação e a arbitragem. Além da resolução de conflitos entre consumidores e empresas, o CIAB presta um importante serviço de informação sobre os respetivos direitos e deveres, promovendo regularmente ações de informação junto dos seus públicos-alvo. No passado mês de março celebrou os seus vinte e cinco anos de atividade. Vinte e cinco anos ao serviço dos consumidores tendo em dois mil e vinte e um conseguido uma taxa de resolução processual noventa e cinco por cento. Sabendo da importância que esta entidade representa na defesa dos consumidores, o

*Grupo do CDS-PP, reunido na sessão ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, vem apresentar um Voto de louvor ao CIAB pelo seu vigésimo quinto Aniversário”. Posto à votação, foi o presente voto de louvor **aprovado com cinco abstenções**. Foi posteriormente presente um **Voto de Pesar** pelo Sr. **Deputado do P.S.D., JOÃO ORLANDO TRAVASSOS DE FREITAS ALCAIDE**, que dizia:” Maria Amélia da Silva Morais. Para todos, reconhecida e carinhosamente, 'Melinha'. Foi com profunda tristeza, pesar e consternação que Braga, no passado dia onze de abril, recebeu a notícia da despedida da 'nossa' Melinha, aos oitenta e seis anos de idade, deste jogo que é a vida. Maria Amélia Morais nasceu em quinze de fevereiro de mil novecentos e trinta e seis, em Braga, cresceu nas proximidades do primeiro de Maio, e desde bastante cedo, com nove anos, começou a assistir aos jogos e a acompanhar o Sporting Clube de Braga, o 'seu' Braga. Como Melinha contava em reportagem do clube, a circunstância de, desde tenra idade, querer ir ver o Braga tinha-lhe valido muitas repreensões por parte da mãe, uma vez que acabava por fazer as tarefas domésticas demasiado depressa. Maria Amélia Morais assistia a todos os jogos do Sporting Clube de Braga em casa - como a própria revelou, 'eu só quando o meu falecido marido morreu, é que eu falhei quatro meses' -, e seguia também o Braga em várias deslocações em Portugal e no estrangeiro, tendo marcado presença nos mais gloriosos momentos da história do clube, desde logo a conquista da Taça de Portugal em mil novecentos e sessenta e cinco-mil novecentos e sessenta e seis. Melinha afirmava, sorridente e apaixonadamente, 'é o meu Braga. Estou casada com o meu Braga. O meu Braga é o meu amor'. Maria Amélia Morais era, na verdade, a mais devota, fervorosa, carismática e popular adepta do Sporting Clube de Braga. Era, efetivamente, uma figura incontornável e emblemática da cidade de Braga conhecida em todo o país e além-fronteiras. E era,*

fundamentalmente, alguém que se distinguiu pela sua alegria, simpatia, generosidade e bom coração, que cativava a todos. Com o desaparecimento da nossa Melinha, ficamos todos, de forma inevitável, profundamente mais pobres. Deixa-nos um legado de entrega ao Sporting Clube de Braga, a 'revolução' de ter alguém, mulher e de prolecta idade, como ícone do fervor adepto, quebrando barreiras e humanizando o futebol e o desporto, e um modo singular de ser e estar na vida. Um sentido e merecido 'Até Sempre', Melinha. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em Sessão Ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, delibera: Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Amélia da Silva Morais, figura ímpar do Braga e de Braga, cumprindo-se um minuto de silêncio em sua memória, e dando-se conhecimento deste Voto à família. Recomendar à Câmara Municipal a atribuição do nome de Maria Amélia da Silva Morais a uma artéria de Braga, nas imediações do Estádio Municipal".

*Pelo Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** foi solicitada a votação em separado, relativamente à parte deliberativa. O Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** propôs que o minuto de silêncio relativos aos votos de pesar fosse comum a todos para poupança de tempo. A Sr^a. Deputada da C.D.U., **SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO** interveio para dizer que se associavam, obviamente, àquele voto de pesar, tanto que a Vereadora da CDU apresentou, na última reunião de Câmara, o mesmo voto e, portanto, estavam completamente de acordo. Posto à votação, foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Posta à votação a recomendação relativa à atribuição do nome a uma artéria da cidade, foi a mesma **aprovada com duas abstenções do B.E.** Foi presente uma **Declaração de Voto pelo Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, que dizia que a Melinha se tornou num ícone do*

*Sporting Clube de Braga e o Sporting Clube de Braga é uma marca de Braga e, portanto, era com toda a inteira justiça que hoje se associavam também ao voto ali apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, dizendo que felizmente para Braga, felizmente para o Sporting Clube de Braga, havia também outros ícones que fizeram, durante os tempos, ressurgir ou então fazer voar mais alto o Sporting Clube de Braga. E isso era muito importante, porque precisavam de ícones que os pudessem unir àquela que era a realidade de Braga, sob os mais diversos pontos de áreas que existiam, sob os mais diversos pontos de atuação. No desporto, aquele era um nome que ficaria ligado como o décimo segundo jogador. Mas importava ali dizer que também não se opunham a que uma artéria da cidade, nomeadamente perto da cidade, pudesse vir a ter o seu nome. Mas também devia recordar que outros que no passado foram ícones e eram ícones da cidade, pudessem também, um dia, ser homenageados. E, portanto, ficava também sempre a disponibilidade do Partido Socialista em se associar a nomes que faziam crescer e faziam perpetuar o nome não só da cidade, como também o nome das suas coletividades. Por isso votaram favoravelmente. Apalavra foi dada à **Sr^a. Deputada do C.D.S.-P.P., MARIA ALEXANDRA PALMEIRA E ÁLVARES PEREIRA DE LIMA ANTUNES LOPES**, para apresentar outro **Voto de Pesar** do seguinte teor: “O Grupo Municipal do CDS-PP de Braga, manifesta a sua profunda consternação pelo falecimento da Sr^a. D. Maria Amélia Morais. Figura incontornável do clube minhoto e da cidade de Braga, extremamente carismática e de uma alegria contagiante, a icónica e fervorosa adepta, faleceu no passado dia onze de abril, aos oitenta e seis anos. Viúva e sem filhos, acompanhava desde criança a equipa para todo o lado, quer dentro, quer fora do país e, segundo afirmava, e passo a citar, "Estou casada com o meu Braga! O meu Braga é o meu Amor!" Há pessoas que ficarão sempre na história da cidade e do país. Há*

peçoas que serão lembradas de geração em geração e que permanecerão vivas na memória de todos aqueles com quem contactaram. A "Melinha" - como carinhosamente era tratada - é, indubitavelmente, uma dessas peçoas. Personalidade afável e bastante vincada de saberes antigos, trazia a cidade e o clube no coração; na alma; na forma de vestir; nas palavras; no jeito minhoto; mas, sobretudo, na forma como falava das suas origens e do seu clube. No seu jeito alegre do Minho, conquistou todos aqueles que com ela assistiam aos jogos de futebol, mas também aqueles com quem se cruzava, diariamente, nas ruas da cidade e nos locais que frequentava! Na realidade, a cidade ficou mais pobre e triste sem a sua presença alegre e jovial. A varanda da sua casa, dedicada ao clube bracarense, era considerada um ex libris na Avenida da Liberdade, varanda que todos apreciavam e que expressava de uma forma clara e evidente o seu amor e paixão pelo SCB. O seu desaparecimento deixou uma enorme saudade, não só nos adeptos e simpatizantes do clube minhoto, mas em todos os bracarenses que a admiravam bastante pela forma como se entregou de corpo e alma ao clube da cidade. Fará sempre parte da cultura, tradição e memória bracarenses e figurará como uma referência na área turística, porque levou Braga e o seu clube para fora de portas e trouxe muitos para dentro das portas da cidade. Na sua varanda; nas bancadas do Estádio; nas ruas de Braga; nas festividades da cidade... a "Melinha" continuará entre nós, na certeza de que será sempre lembrada e homenageada com o mesmo fervor com que sempre viveu a sua cidade e o seu clube. Representou e dignificou o papel do Adepto, onde o apoio não se consubstancia somente nos bons resultados. A nossa "Melinha" tinha sempre uma resposta arteira para tudo, digna de estar num qualquer painel de comentadores desportivos televisivos. Fica o Legado, a Saudade e o Testemunho de alguém que merece ser recordado na história do Sporting Clube de Braga. Cumpre-nos dizer:

"Até Sempre "Melinha!" O Grupo Municipal do CDS- PP, reunido na sessão da Assembleia de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, vem por este meio propor um Voto de Pesar pelo falecimento de tão distinta Bracarense". Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Depois foi a vez do **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILAÇA E FRADELLOS, PAULO MANUEL VILAÇA FERREIRA** apresentar mais um **Voto de Pesar**, que dizia: "No passado dia treze de março, partiu abruptamente e sem aviso o nosso amigo João Carlos. A sua partida deixou um grande vazio em todos os seus familiares e amigos e em particular na Freguesia de Fradelos onde residia. Um político nobre, um democrata que sempre colocou os interesses da freguesia e dos seus cidadãos acima de tudo. Foi um exemplo de dedicação às pessoas sem nunca pedir nada em troca, amigo do seu amigo. Respeitador e respeitado por todos, a sua morte não deixou ninguém indiferente. Um homem bom, sempre empenhado com as causas e instituições de maior relevo da sua terra, que nunca deixou de estar ao lado dos seus, nos bons e maus momentos, dos seus colegas, das suas gentes, dos seus amigos, dos seus filhos e esposa, a família que seguramente mais sofre com a sua ausência. Nos diversos papéis que desempenhou granjeou respeito, consideração e amizade, um legado que perdurará. Uma pessoa que dedicou a sua vida à causa pública, que nunca sabia dizer um não, sempre disponível para ajudar seja nos assuntos da Junta, seja da Segurança Social onde trabalhou durante longos anos. Na Junta de Freguesia de Fradelos foi Secretário da Junta entre dois mil e um e dois mil e cinco, Presidente da Junta de Freguesia entre dois mil e cinco e dois mil e treze e na UF de Vilaça e Fradelos foi membro da assembleia entre dois mil e treze e dois mil e vinte e um. Foi membro desta Assembleia Municipal de Braga entre dois mil e cinco e dois mil treze. Neste longo período de dedicação à causa

*pública deixa um legado que contribuiu e vai continuar a contribuir para projetar o futuro da Freguesia de Fradelos. Um homem que foi também de causas nobres, como a construção do Centro e Igreja Paroquial de Fradelos, onde ao longos dos anos trabalhou com a sua equipa na angariação de fundos. Um amigo da Terra que a todos vai deixar saudades. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois delibera aprovar: Um - O voto de pesar pela morte do Sr. João Carlos de Faria Martins e o cumprimento de um minuto de silêncio em sua memória; Dois - Endereçar as sentidas condolências à sua família e amigos”. Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Seguiu-se a apresentação de um outro **Voto de Pesar**, pelo **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CABREIROS E PASSOS SÃO JULIÃO, JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA**, que referia: “Ilídio Ferreira Vilaça, ilustre Cabreirense, pessoa de valores, homem de fortes laços familiares e de amizade, empresário de sucesso, foi um cidadão comprometido! Com presença marcante no movimento associativo de Cabreiros, cedo se reconheceu na sua pessoa capacidades singulares de disponibilidade para a causa pública. Por isso, foi com naturalidade que assumiu funções autárquicas, primeiro na Assembleia de Freguesia e, a partir de mil novecentos e noventa e três, como Presidente da Junta de Freguesia de Cabreiros, cargo para o qual foi escolhido pelos eleitores sucessivamente, durante dezasseis anos, e, por inerência, membro desta Assembleia Municipal durante esse mesmo período. Homem de fortes convicções e de personalidade bem vincada, nunca deixou de ser um "servidor do povo", sempre humilde e atento. A sua ação na Junta de Freguesia revolucionou completamente a localidade de Cabreiros: melhorou as infraestruturas viárias um pouco por todo o lado; tornou água e saneamento uma realidade para quase*

*todos; criou equipamentos desportivos, culturais e cívicos; apoiou coletividades; contribuiu, de forma indelével, para o progresso e bem-estar da terra que tanto amava! Se há pessoas que marcam a vida das suas comunidades, Ilídio Vilaça foi, sem dúvida, uma delas! E, por isso, merece o reconhecimento de todos nós! Atento, generoso, dedicado e empenhado, fez de Cabreiros uma terra de progresso, de bem-estar e de conforto! Rigoroso e exigente na gestão de recursos, defensor intransigente do interesse público, quantas vezes "contraventos e marés", logrou conseguir para a sua terra avultados investimentos que transformaram Cabreiros. Foi, pois, com profundo pesar, que vimos partir, no passado dia treze de março, com setenta e sete anos, um homem desta craveira e desta importância, que dignificou superiormente os cargos políticos que desempenhou. Assim, propõe o Grupo Municipal do PS que a Assembleia Municipal de Braga aprove: Um voto de pesar pelo falecimento do sr. Ilídio Ferreira Vilaça, Presidente da Junta de Freguesia de Cabreiros entre mil novecentos e noventa e três e dois mil e nove, dele dando conhecimento público e à família; Observar um minuto de silêncio em sua memória e homenagem". Sobre o minuto de silêncio, se era uma questão de economia de tempo, perdia-se tempo com coisas tão mais fúteis, que não se importava nada de estar ali dez minutos em silêncio pela alma daquele homem e, certamente, que quem o antecedeu e foi ali apresentar os votos de pesar, fê-lo de forma sentida e achava que perderem dois, três minutos, um em memória de cada um deles, que não iriam perder a noite, pois perdiam-na em coisas mais fúteis e menos proveitosas. Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Passou a usar da palavra o Sr. **Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA**, para apresentar uma **Recomendação** subordinada ao tema "Criação da Estratégia Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar", do seguinte teor: "Mais de um terço de toda*

a comida produzida no mundo é desperdiçada ao longo da cadeia alimentar. Em alguns países ocidentais este valor é superior a cinquenta por cento. Estes dados são suficientes para nos fazerem refletir, mas também atuar, num dos maiores problemas da nossa sociedade: o desaproveitamento dos alimentos disponíveis. Em Portugal especificamente, os dados não são muito animadores. Segundo as últimas referências desperdiçamos, per capita, noventa e seis quilos de comida por ano. Só as famílias desperdiçam trezentas e vinte e quatro mil toneladas. E dezassete por cento da comida é deitada fora ainda antes de chegar aos consumidores. Enquanto isto, vinte e um vírgula seis por cento da população vive em risco de pobreza ou de exclusão social e cerca de três por cento em insegurança alimentar moderada ou grave. Os sistemas alimentares não podem ser resilientes se não forem sustentáveis. Assim, é necessário focar-nos em abordagens integradas e desenhadas para reduzir a perda e o desperdício de alimentos. São necessárias ações global e localmente para maximizar o uso dos alimentos que produzimos. São necessárias soluções inovadoras, novas formas de trabalhar e boas práticas para assegurar a qualidade dos alimentos e reduzir a perda e o desperdício destes. Com a crise nas cadeias de abastecimento, inflação e aumento do preço dos alimentos, torna-se ainda mais insustentável e imoral desperdiçar comida. Em Braga, organizações como a “Refood” ou a “Virar a Página” têm desenvolvido um excelente trabalho de combate ao desperdício alimentar, criando uma rede de distribuição por quem precisa. Mas, em conjunto, temos todos de fazer mais. O desperdício alimentar não é apenas um problema social. O impacto ambiental é gigantesco. Cerca de trinta por cento de terra arável é usada para cultivar comida que acaba por ser desperdiçada. E no que toca ao uso da água, o desperdício alimentar tem uma pegada maior que a de qualquer país, sessenta e seis triliões de litros de água são usados todos os anos

*para produzir comida que é deitada ao lixo. Assim, o grupo municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Braga delibere, na sua sessão ordinária de abril, recomendar ao Executivo da Câmara Municipal de Braga que crie uma Estratégia Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, que envolva agricultores, retalhistas, restaurantes, consumidores, associações e outras partes interessadas, de forma a incluir objetivos mensuráveis alinhados com objetivos de desenvolvimento sustentável, para a redução do desperdício alimentar na nossa cidade”. Colocada à discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** para realçar que se associavam à recomendação apresentada, na qual se reviam inteiramente, pelo menos na parte deliberativa, só não dizia em todo o resto, porque não conheciam em detalhe todas as considerações que foram feitas e não duvidando da sua veracidade, julgava que não ser esse o ponto essencial que estava em cima da mesa. O que estava em cima da mesa, de facto, era criar não só a consciencialização como um plano concreto de combate ao desperdício alimentar, a Câmara, de resto, julgava que tinha estado bem desperta para aquele problema e tinha colaborado com algumas das instituições que foram ali referidas, mas isso não prejudica a hipótese e a premência de trabalharem em algo mais concreto e que pudesse ser oferecido ao Município, quer fosse este Executivo, quer fossem outros, uma verdadeira estratégia que fosse para o lado dos planos, dos mandatos da própria Câmara Municipal. E o que diriam era que, provavelmente, a Assembleia Municipal também tinha um papel a desempenhar e gostariam de não deixar apenas para a Câmara Municipal esse encargo, e sem prejuízo de aprovar a recomendação, e porque julgava terem gente com capacidade e vontade de contribuir, também poder fazer baixar aquela recomendação, não era bem fazer baixar a recomendação, mas pelo menos que ela fosse reencaminhada, pela*

Senhora Presidente, para os vários Presidentes das diferentes Comissões, por julgar que ela era quase transversal a todas elas, em boa verdade, talvez houvesse uma menos evidente, mas de uma maneira ou de outra, ela acabava por tocar alguns dos aspetos que eram debatidos e que eram discutidos entre eles nas várias Comissões na Assembleia Municipal. E, portanto, fazia também esse repto, no sentido de que pudessem discutir, eles próprios membros da Assembleia Municipal e que pudessem aportar os seus contributos, de cada partido, obviamente, dos Senhores Presidentes de Junta, para que enriquecessem, logo à partida, a possibilidade de criação daquele plano, sem prejuízo da Câmara Municipal tratar, em primeira mão, porque tinha os meios, a disponibilidade e a capacidade de o fazer de forma mais rápida, mas depois, também, conseguir com esses contributos da Assembleia Municipal, enriquecer e tornar aquele um plano verdadeiramente global e que dissesse alguma coisa a todos ali presentes naquela Assembleia Municipal, até que alguns dos partidos não estavam presentes no Executivo e julgava que valeria a pena também colher esses contributos e dar e enriquecer também esse plano. Posta à votação, foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade** e posteriormente remetida para o Executivo Municipal e para todas as Comissões da Assembleia Municipal. **O Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** apresentou uma **Declaração de Voto**, salientando que o Partido Socialista se associava àquela recomendação e dizendo que já havia algumas experiências em curso, nalgumas cidades e, portanto, achava que era de todo o interesse, sob vários pontos de vista, que efetivamente aquela questão fosse tratada, num primeiro plano, pelo Executivo Municipal, recebendo os contributos que pudessem existir das várias Comissões, como foi proposto pelo Sr. Deputado João Marques. Apoiavam e estavam disponíveis para colaborar, porque efetivamente era uma área onde

*todos se podiam rever e contribuir para que o desperdício, não só àquele nível, como a outros níveis, pudesse ser aproveitado para usufruto de outras pessoas, sobretudo aquelas mais carenciadas, aproveitando aquilo que pudesse ser reaproveitado para que pudessem ser minorizadas aquelas que eram as dificuldades de outrem, sobretudo, como disse, os mais carenciados. Estavam perfeitamente em linha e, por isso, votaram favoravelmente a proposta e esperavam que contributos e experiências que houvesse noutras freguesias, pudessem enriquecer aquela proposta para gizar exatamente um plano ou uma estratégia local, para que pudesse ser uma realidade de entre em pouco. O **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUEIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA** interveio para apresentar uma **Recomendação** cujo conteúdo salientava: “As Freguesias estão hoje a ser confrontadas com um conjunto de problemáticas relacionadas com os efeitos da pandemia e também mais recentemente da Guerra na Europa. Uma destas problemáticas está relacionada com os valores das transferências de competências nos domínios da jardinagem, das podas, da manutenção do espaço público, das refeições escolares e manutenção das escolas. Os valores de mercado, nos últimos meses, têm vindo constantemente a subir atingindo valores, em alguns casos, muito superiores aqueles a que, muitas entidades que prestam os serviços, são capazes de suportar. Temos a sensação que em breve podemos ter concursos vazios, renúncias de contratos e incapacidade de prestar os serviços por falta de recursos financeiros. A somar a tudo isto tivemos aumentos nos salários, dos funcionários afetos aos serviços, que contribuíram para um considerável aumento de custos aos quais se somam, também, dívidas das famílias com mais dificuldades financeiras. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida ordinariamente a vinte e nove de abril de dois mil e dois, recomenda: Que seja constituído um grupo de trabalho que, com a*

máxima urgência, faça uma análise da problemática do valor pago pelas refeições escolares e pelo serviço de AAAF, de modo a que, este valor, possa ser ajustado possibilitando a liquidez financeira das entidades que prestam o serviço; Que seja, ainda, constituído um grupo de trabalho que, com a mesma urgência, faça a análise e o ajuste dos valores transferidos pelas competências delegadas no âmbito do Decreto-Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, de modo a ser possível manter os serviços prestados com a mesma qualidade com que tem sido prestados, até à data”. Colocada à discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** que, a propósito, revelou que da parte do PSD, percebiam perfeitamente os problemas financeiros e os constrangimentos trazidos pela alta dos preços, nomeadamente nas matérias primas e, conseqüentemente, nos serviços que lhes estavam associados. Gostariam só de precisar também ali, quando o Senhor Presidente de Junta referiu esse grupo de trabalho, esse grupo de trabalho seria constituído por quem? Se era sob a égide da Assembleia Municipal, se era com a Câmara Municipal? Portanto, da sua parte, sabiam que era algo que provavelmente extravasava o Município, era um problema nacional e internacional. O próprio Município devia estar, seguramente, carente dessa atualização, também por via do Orçamento de Estado e oxalá isso fosse possível, ou pelo menos de alguma forma, ao longo do ano, fosse possível fazer um ajustamento que compensasse essa alta dos preços. Agora, sem dúvida que era importante perceberem qual era, no fundo, o âmbito desse grupo de trabalho, quem o deveria constituir e se era ou não constituído sob a égide da Assembleia Municipal, se queriam contar também com a Câmara e era isso que pretendiam que fosse esclarecido. O **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUEIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA** esclareceu que da sua

*parte e dos Presidentes que deram aquele contributo, julgava que o grupo iria ser constituído pelos partidos representados na Assembleia Municipal ou até os Senhores Deputados, eventualmente Presidentes das Comissões e eventualmente também os Senhores Vereadores dos pelouros respetivos, porque, obviamente, teriam uma palavra mais importante a dizer sobre aquele assunto. A constituição poderá ser ponderada a posteriori. O que lhes interessava era que, pelo menos, alguns Presidentes de Junta que tinham essa preocupação, era que com alguma urgência fosse um assunto que fosse tratado e que houvesse, depois, dados concretos e tomadas de medidas concretas que pudessem resolver aquela questão, que lhe parecia tornar-se cada vez mais se premente e que poderia desencadear um conjunto de problemas que poderiam não conseguir resolver a tempo. Posta á votação, foi a referida recomendação **aprovada por unanimidade**. O grupo de trabalho será formado a partir da Conferência de Líderes. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, para proceder à apresentação de uma **Declaração Política** subordinada ao tema “A saúde dos Bracarenses não pode parar”, do seguinte teor: “O artigo sexagésimo quarto da Constituição consagra o direito à saúde a todos os cidadãos, sendo que a sua concretização exige a todos os decisores políticos uma atuação que garanta a equidade e atenuar os efeitos das desigualdades no acesso aos cuidados de saúde. Por conseguinte, todos devem defender e promover a prestação da saúde, o que deve abranger naturalmente as autarquias. Sabemos que aquilo que define o nosso SNS é a sua universalidade e ser tendencialmente gratuito, ora para que isso se verifique, deve primar por ser acessível e disponível sem, em momento algum, descuidar a qualidade dos serviços prestados. Não será novidade nenhuma afirmar-se que o SNS não está a conseguir assegurar plenamente o mais elementar direito a cuidados de saúde. A*

*este propósito relembro a existência de dois sistemas de saúde, um para os que podem escolher e ter saúde a tempo e horas e outro para os que não tendo recursos financeiros têm de ir para listas de espera intermináveis. Todos se recordarão do episódio de urgência ocorrido há uns meses, em que um jovem permaneceu sete horas no hospital público, com apendicite aguda, à espera de ser atendido. A mãe do jovem, não suportando assistir ao sofrimento do filho e a temer pela sua vida, levou-o a um hospital privado, tendo sido operado de imediato, suportando o custo da operação. Assim, a IL defende que, uma vez que o Estado Central, não assegura o cumprimento da Constituição, o Município deveria cuidar da saúde dos seus munícipes, avançando para a disponibilização de um seguro municipal, à semelhança do que vai sucedendo noutros concelhos. Por isso, apelamos à discussão em torno desta proposta, estando a IL na disposição de avançar com valores concretos nesta matéria”. Depois foi a vez do **Sr. Deputado do Aliança, JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA** apresentar outra **Declaração Política**, salientando que: “O nó de Infias começa a ser desatado! É certamente uma das notícias mais ansiadas pelos Bracarenses e pelos cerca de cento e dez mil automobilistas, que diariamente e há praticamente vinte anos sentem o congestionamento do Nó de Infias. Parabéns pelo projeto, parabéns pela apresentação, sabemos bem da importância da comunicação e informação atempada aos munícipes, em todas as situações e em particular nestes projetos de grande complexidade, que são discutidos há décadas, que atravessam diferentes executivos e que impactam de forma muito negativa no dia a dia das pessoas. O executivo, liderado pela coligação Juntos por Braga, propõe-nos uma solução de futuro; que põe fim à manta de retalhos no Nó de Infias e que prevê uma redução muito significativa dos atrasos relativamente à situação atual, assim como uma importante redução dos consumos de combustível e emissões de CO dois,*

determinantes, no processo de descarbonização e na melhoria da qualidade do ar da nossa cidade. O atraso total de todos os veículos que circulam nas vias envolvidas, passará de cerca de quinhentas e sete horas, dados de dois mil e vinte e um, para vinte e sete horas, isto na hora de ponta da tarde. Mas o executivo liderado pelo Dr. Ricardo Rio sabe bem que não é solução para todos os problemas de trânsito da cidade de Braga e a par do projeto que desata o Nó de Infias, apresenta uma ambiciosa política de mobilidade, modal e inclusiva. Entre os aspetos mais importantes, a conclusão da variante do Cávado até Frossos. O seu prolongamento até Ferreiros, com ligação direta aos nós da autoestrada, e acesso ao futuro terminal de alta velocidade. Adicionalmente propõe a mudança de paradigma, a promoção de modos suaves entre os quais, o aumento da rede ciclável, o novo projeto para a Avenida da Liberdade, que vai permitir uma alternativa para bicicletas, sobretudo para quem trabalhe na zona central e pretenda esta forma de deslocação, bem como o projeto BICIFICATION. Aposta na qualidade dos serviços públicos de transporte, prestados pelos TUB e o anúncio do BRT, suportado por quatro grandes parques periféricos, para retirar carros na cidade. O School bus, que é um serviço de transporte gratuito, e já premiado, com enorme impacto para DESCARBONIZAR o centro da cidade. O sistema de bilhética intermunicipal, a implementar no quadrilátero, na CIM Cávado e CIM do Ave, são passos da maior importância para resolver os problemas reais das pessoas e que perduram há décadas”. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para apresentar uma outra **Declaração Política**, que dizia: “No final de dois mil e dezanove fomos confrontados com o início de uma pandemia que nos fez reviver uma outra com cem anos de idade, a Gripe Espanhola. Só no final de dois mil e vinte, e com o desenvolvimento das vacinas contra o Covid dezanove, é

que voltamos a sorrir e a ter esperança no futuro! Mas fomos logo confrontados com uma nova realidade: O preço das matérias-primas que não parou de aumentar até aos dias de hoje e que, nas perspetivas mais otimistas, vai continuar a escalada até dois mil e vinte e quatro. No final de dois mil e vinte e um agravaram-se as relações já periclitantes entre a China e os Estados Unidos devido à questão de Taiwan. A questão de Taiwan não é só uma questão territorial, mas sim uma questão estratégica já que aquela pequena Ilha com um terço da nossa área e um pouco mais do dobro da população, domina os semicondutores a nível Mundial! Além disso, Taiwan sempre foi a pedra no sapato do sonho de uma China unificada! No início de dois mil e vinte e dois Vladimir Putin ordenou a invasão da Ucrânia alegando como justificativo, pasme-se, a insegurança da Rússia devido ao avanço da NATO e a "desnazificação da Ucrânia". Autodeclarou-se libertador da Ucrânia, mas na realidade, o seu grande objetivo sempre foi a reconstrução da antiga Mãe Rússia e a manutenção de um Estado maquilhado de Democracia, mas que no fundo contem todos os tiques Estalinistas! A pseudolibertação do Donbass a ambição do domínio total Marítimo do Mar Negro será apenas uma etapa menor na sua grande ambição! Acredito que num futuro próximo teremos um grande problema na Sérvia, que nunca aceitou a questão do Kosovo, e que devemos reconhecer que foi um erro grave dos Países Ocidentais já que nunca deveria ter deixado de ser parte integrante da Sérvia. Esse calcanhar de Aquiles do Ocidente poderá ser o motivo que Vladimir Putin precisa para alastrar a guerra aos Países da Nato, nomeadamente a Bulgária e Roménia. Mas ao alastrar a guerra para Países da Nato, irá obrigar a China a escolher um dos flancos e não tenho muitas dúvidas que poderá ser a oportunidade de iniciar a tão ansiada invasão de Taiwan de Xi Jinping. A Guerra passaria a dividir os aliados nos dois tabuleiros que já foram

cenários da segunda Guerra Mundial. Há uns tempos atrás, Joe Biden caracterizou cristalinamente o que vai na cabeça de Xi Jinping, e que na minha opinião não é diferente do que vai na cabeça de Vladimir Putin, ao referir que o Presidente Chinês não acredita que as democracias possam ter sustentabilidade no século vinte e um pela simples razão de que não conseguem chegar a consensos rápidos em tempos de grande mudança! Joe Biden tocou na ferida ao dizer que achava que estamos numa luta genuína entre autocracias e democracias e em que a questão se coloca em se as democracias podem ou não ser sustentadas. Caberá, na minha opinião, aos Partidos democráticos repensar a forma como fazem política e não acalantar o tipo de argumentário que é utilizado quer pela extrema direita, quer pela extrema esquerda! É imperativo que os Partidos políticos democráticos voltem a canalizar o interesse maior para a População que os elege e não tanto para os Partidos e os interesses que representam. É uma obrigação dos partidos políticos da governação escolher e nomear mais pelo mérito e menos pela filiação! É urgente que os partidos políticos chamem membros da sociedade civil com mérito reconhecido para as suas fileiras! É urgente que os Partidos democráticos se unam para corrigir assimetrias regionais! Só assim se poderá derrotar os extremistas! Mas esta também é a hora de definirmos se estamos com as democracias ou com as autocracias. Não é hora de ficarmos com opiniões ambíguas justificando atos erróneos com outros atos do passado, não é hora de afirmarmo-nos pela paz, mas logo depois tentarmos justificar a invasão Russa. É hora de reagir com protesto, com indignação às atrocidades que vemos todos os dias por parte do Regime Russo! É hora de afirmar a frase mais vezes dita por João Paulo segundo: " Não tenhais medo"! E certamente sem medo, as Democracias vencerão novamente! Viva a Liberdade! Viva a Democracia!". Seguiu-se a intervenção da Sr^a.

Deputada do B.E., SANDRA CRISTINA ANDRADE CARVALHO, para apresentar mais uma Declaração Política, que revelava: “O Recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo, vulgarmente conhecido como o “As Convertidas” situa-se em Braga, fazendo esquina entre a Avenida Central e a Rua de São Gonçalo. Está classificado como Monumento de Interesse Público (Portaria número seiscentos e sessenta e cinco barra dois mil e doze, DR, segunda série, número duzentos e quinze de sete novembro dois mil e doze). Atualmente, pertence ao Ministério das Finanças, estando consignado ao Ministério da Administração Interna. Contíguo às Convertidas encontra-se um edifício onde uma empresa privada de hotelaria, a HotiHoteis, pretende construir o Hotel Plaza Central, uma estrutura que terá cento e nove quartos, spa, piscina interior e exterior, restaurante, bar, claustro e uma sala de reuniões. A abertura do hotel está prevista para a Páscoa de dois mil e vinte e quatro. Nas traseiras do edifício onde se vai situar o hotel, encontra-se uma imensa mancha verde, não visível da rua, que se estende até aos edifícios da rua do Sardoal, da rua de Guadalupe e da Praça Mouzinho de Albuquerque ou Campo Novo. O projeto de licenciamento do hotel prevê a cedência de mil quinhentos e trinta metros quadrados da área do terreno ao domínio público, tendo em vista a criação de um jardim de usufruto público neste espaço. Para que este jardim possa ser público, é necessário que o público possa aceder-lhe livremente. Não se percebe como está acautelada esta prerrogativa no projeto atualmente existente. De facto, a única possibilidade de acesso parece ser através de um portão das Convertidas, situado na Rua de São Gonçalo. Todavia, este edifício não é da Câmara. A cedência de mil quinhentos e trinta metros quadrados de terreno ao domínio público não podem ser palavras deitadas ao vento. Não pode ser algo que se diz, mas que não vai acontecer por objetiva impossibilidade de o consagrar. Ao longo dos anos temos constatado a

*facilidade com que os executivos da Câmara Municipal de Braga, muitas vezes com o suporte das maiorias desta Assembleia Municipal, simplesmente "fecham os olhos" quando estão em causa operações urbanísticas ou projetos de construção de grandes investidores ou especuladores imobiliários. Assim, o Grupo Municipal do BE vai requerer à Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Braga, se digne fazer chegar ao Senhor Presidente da Câmara o requerimento que, de seguida entregaremos na mesa". Outra **Declaração Política** foi presente, agora pelo **Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, com o seguinte teor: "Quis o destino que esta assembleia municipal fosse realizada na semana entre o vinte e cinco e o primeiro de Maio, datas importantes para o Portugal de hoje. Se assinalar o vinte e cinco de Abril é importante, muito mais importante é saber realizá-lo no presente e no futuro. Foi por isso muito válida a maneira como a Câmara Municipal de Braga assinalou o vinte e cinco de Abril, colocando os jovens no centro da comemoração de tão importante data. E até me admira que os outros grupos municipais não tenham assinalado esse facto. Assim, o vinte e cinco de Abril no concelho foi pensado na perspetiva do futuro, naquilo que o vinte e cinco de Abril representa para os jovens de hoje e para o Portugal de amanhã, onde o valor da liberdade e da democracia deverão sempre estar presentes na ação política bem como na vida quotidiana de todos nós. Foi verdadeiramente gratificante, assistir às intervenções da juventude, na reitoria da Universidade do Minho. Foi possível perceber, através das intervenções dos Jovens da nossa cidade, com diferentes e diversificadas visões políticas onde estavam espelhados os seus anseios, preocupações e realizações. Como bem exprimiu, na ocasião, o Presidente da Câmara de Braga, o livre exercício da opinião, independentemente da sua concordância, tem de ser entendida e respeitada como valor fundamental*

de cada um, do qual, cada um, não pode abdicar. Sem diversidade, pluralismo, sem outro pensamento não existe democracia. A luta política deve ser autêntica, íntegra, dura por vezes, com escrupulosa obediência ao sentido do voto, mas sempre, sempre e sempre, pelo respeito e consideração pelo nosso adversário, pelo respeito pela sua pessoa e pela urbanidade no trato. Como disse há poucos dias o atual Presidente da Assembleia da República, no seu magistral discurso de tomada de posse, muitas vezes o ponto de exclamação ou admiração deverá ser substituído pelo ponto de interrogação. Será que não há nada a considerar no pensamento do outro? Será que estou tão certo do que afirmo? E como se resolve este problema por um prisma alternativo ao meu? Por isso, é na consideração e respeito pelo adversário político, pela inexistência da visão, um argumento diferente, contrário, parecido com o nosso e, conseqüentemente, pela maneira tolerante e compreensiva como se rege a ele, que reside a essência da democracia, assumindo as diferenças. Como disse Sá Carneiro, democrata é aquele que pratica a democracia e não aquele que apenas dela se reivindica. No entanto, se em vinte e cinco de abril foi derrubado o antigo regime totalitário, caduco, sem possibilidade de vigência política, social, económica, a liberdade política e social em Portugal só foi conseguida após o vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco. Assim, estes dois vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro e outro em Novembro de mil novecentos e setenta e cinco, representam datas umbilicalmente ligadas uma à outra, sem uma delas ter razão de existir, sem existência de outra. A liberdade e democracia têm também de ser inerentes ao desenvolvimento, à modernidade, à melhoria de qualidade de vida da população portuguesa, como valores indissociáveis. É por isso, confrangedor o retrocesso do desenvolvimento do Portugal deste século, onde nunca mais recuperámos o ritmo de crescimento conseguido entre meados dos

anos oitenta e noventa do século passado. Há quanto tempo isso lá não vai! O nosso país recebeu mais fundos comunitários este século dos que os recebidos aquando da adesão à então C.E.E. em mil novecentos e oitenta e seis, à qual podemos aderir após a democracia e liberdade adquirida pelo vinte e cinco de abril e vinte e cinco de novembro. Por outro lado, desde mil novecentos e oitenta e seis, já recebemos da Europa cerca da mesma quantia que os países devastados pela segunda guerra mundial receberam do plano Marshall para a reconstrução pós-guerra. No entanto, quarenta e oito anos após o vinte e cinco de Abril, e depois desta imensidão de dinheiro, os portugueses auferem dos mais baixos salários, sofrem com a mais alta e confusa carga fiscal, sendo já Portugal ultrapassado por vários países europeus que há uns anos estavam muito mais atrasados que o nosso. Quem não se lembra no final do século passado, início deste século, após o ruir do execrável regime existente nos países integrantes da antiga União Soviética, dos médicos, economistas, professores, funcionários públicos, enfermeiros desses países que vinham para Portugal trabalhar pelo salário mínimo nacional aqui praticado? Pois bem, passados cerca de vinte e tal anos, esses povos, anteriormente com difíceis condições de vida, conseguiram recuperar social, economicamente e financeiramente e hoje já nos ultrapassam em qualidade de vida e PIB per capita. Algo está mal em Portugal e não podemos continuar a viver assim. A geração dos jovens que intervieram na sessão solene do vinte e cinco de abril em Braga, a mais preparada de sempre, merecem melhores salários, melhores carreiras profissionais, melhor futuro, do que encontram e perspetivam atualmente. Se, no século passado, após o vinte e cinco de abril, tivemos épocas em que as pessoas pensavam no que teriam de fazer para continuar a crescer e a viver melhor, agora, nos dias de hoje, o que pensam é em não perder o pouco que conseguiram alcançar ou perder o menos possível.

Celebrar, viver e assumir o vinte e cinco de Abril e o primeiro de Maio na nossa ação política também é lutar, não abdicar, também é lutar para que Portugal saia do atual marasmo e se recupere o nosso acreditar e ambição coletiva. Cada vez é mais importante no mundo a luta pela democracia, pela liberdade, pelo respeito do direito internacional, pela carta das Nações Unidas, pelo princípio do absoluto respeito pela autodeterminação dos povos e o respeito pela soberania dos países. Por isso, é de uma hipocrisia política sem limites, uma autêntica contradição nos termos, aqueles que reivindicam muito alto a revolução e batem no peito a favor do vinte e cinco de abril e não condenam e repudiam vivamente a invasão bárbara, violadora dos mais elementares princípios humanos, da liberdade e democracia feita pela Rússia na Ucrânia. Igualmente são politicamente hipócritas aqueles que, apenas por oportunismo político condenam esta tragédia humana, social e política na Europa, mas não dão o direito ao povo ucraniano de fazer as suas escolhas, nem sequer apoiam a ajuda humanitária europeia ou lhe negam a possibilidade de pertencer ao bloco de defesa no qual se sintam mais seguros. Assim celebrar o vinte e cinco de abril, com o vinte e cinco de novembro, é celebrar a democracia, a liberdade, o desenvolvimento na sua plenitude, com consideração e respeito pela diversidade de opiniões e considerando que é com todos os que praticam a democracia que a mesma tem existência e se desenvolve". A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** procedeu à leitura do **Requerimento** apresentado pelo **Grupo Municipal do B.E.** na Mesa, do seguinte teor: "Requerimento relativo ao processo de licenciamento de construção de um hotel no edifício contíguo ao "Recolhimento das Convertidas" (trezentos e setenta e cinco barra URB barra PROC barra dezassete). O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda solicita, com urgência, ao abrigo do estatuto de oposição, os seguintes documentos, relativos ao processo de licenciamento de construção de

um hotel no "Recolhimento das Convertidas": Pedido de Informação Prévia (PIP) (peças desenhadas e escritas); Estudo Arqueológico; Relatório Prévio; Pareceres da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN); Relatórios Técnicos da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN); Comprovativo da cedência de acesso do Ministério da Administração Interna e do Ministério das Finanças".

*Para fazer um ponto de ordem à Mesa, interveio o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, tendo, para o efeito, referido que as intervenções políticas não tinham resposta e não iria responder. Agora, achava que a Mesa e a Conferência de Líderes, tinham que rever, de facto, a distribuição dos tempos, por uma razão muito simples. Os partidos da maioria impunham três e quatro minutos aos partidos com menos representatividade e depois tinham o desprazer de utilizarem os quarenta minutos ou trinta e tal minutos que tinham e ainda acrescentavam outro tempo. Se o tempo sobrava, então dividisse-se também pelos pequenos que tinham quatro minutos no período antes da ordem do dia. Isso era democracia. Isso era um princípio democrático e fácil de conseguir. "Agora, como quarenta, mas se o outro só como cinco, ainda vou comer os quinze dele. E o outro que não tem nada, que passe fome? A tal distribuição do desperdício. Em vez de lhe dar salário, dou-lhe o desperdício".*

*O **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** interveio para dizer que o Partido Socialista não usufruía desse beneplácito ou benefício que ali foi tentar atirar para cima das costas do Partido Socialista. E repetia que a distribuição de tempos teve em conta, e isso foi amplamente discutido, aquilo que foi a vontade dos eleitores bracarenses. Portanto, não aceitava aquilo que foi ali dizer, em nome da democracia, que o BE apregoava e que respeitava e considerava. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para dizer que, de facto, depois tinham o*

Senhor Presidente da Junta de Cabreiros a dizer, e com toda a razão, que havia coisas que parecia que queriam mesmo perder tempo, ganhando por artifícios. Já discutiram aquilo vezes sem conta. Não sabia quantas vezes tinha que discutir o conteúdo, o sentido e o alcance da democracia, mas podiam discuti-lo as vezes que quisessem. Viviam numa democracia representativa. O número de deputados que ali estavam também não eram iguais e não eram iguais por uma razão, foi que o povo lá fora deu a cada um, um conjunto de votos diferente e distintamente lhes permitiu estar ali mais em grupos maiores ou menores, consoante essa confiança. E depois, na justa medida dessa distribuição, tinham os tempos que tinham. Aliás, voltava a dizer que depois, às vezes, os Senhores jornalistas podiam não ouvir, os Senhores que estavam no público podiam não ouvir, os tempos que estavam hoje consignados a cada um dos partidos mais pequenos naquela grelha, não eram proporcionais aos votos. Os grandes partidos, que tinham mais tempo, estavam na proporção, a perder tempo para que os outros partidos pudessem ter mais tempo para falar e, portanto, não havia sequer a proporção direta. Já estava a haver distorção democrática, para permitir a esses partidos mais pequenos terem mais tempo para falar. Não sabia quantas vezes tinha que dizer, mas repeti-lo-ia até à exaustão, que aquele contexto que tinham hoje na Assembleia Municipal, obviamente, que agudizava o problema. Tinham mais partidos, tinham mais dificuldade em distribuir o tempo que tinham anteriormente, que era igual, por mais gente. Portanto, que não se fosse ali dizer ou tentar fazer passar a ideia, sobretudo numa época em que estavam entre o vinte e cinco de abril e um de maio, que aquilo parecia que voltaram a mil novecentos e trinta e tal, em que só falavam uns. Não, pelo contrário, não só os partidos com mais votos e maior representação estavam a ser prejudicados, como de resto, quando se falava na cedência de tempos, quando ela existia e de que o Bloco de Esquerda já

*beneficiou, como julgava que quase todos os partidos, senão mesmo todos os partidos, já beneficiaram, era um expediente regimental. Regimento esse, que voltava a dizer e julgava que não precisava de o dizer até ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, decorria de trabalhos da Conferência de Líderes e de um procedimento que estava previsto legalmente. Portanto, também esse procedimento previsto legalmente, decorria da democracia representativa e do estado de direito democrático em que viviam. Ponto final. “Não sei quantas vezes terei que dizer isto, mas di-lo-ei quantas vezes forem necessárias”. Voltou a usar da palavra o Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** para dizer que se sentiu na necessidade de ir responder porque a questão que colocou à Mesa era uma questão para a Conferência de Líderes. Portanto, na Conferência de Líderes, logo se discutirá. Foi lá que isso foi decidido e foi decidido de uma forma simples. A maioria impôs à minoria. Não estava em lado nenhum, nem era prática em todas as Assembleias Municipais do país. Cada uma tinha o seu regime e o seu Regimento. Os partidos pequenos falavam dois minutos e os maiores falavam quarenta. Não estava em lado nenhum. A maioria impôs à minoria, ponto final. Isso era claro. O Senhor Deputado João Marques podia ir para ali filosofar da forma que queria. Era sempre uma maçada para ele ir ali falar. Porque a miudagem não se controlava e era indisciplinada, então tinha que ir o Senhor Professor chamar à atenção à miudagem, porque era uma maçada o titular da cátedra ter que estar a dar a resposta. O Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** disse que só pediu a palavra, em defesa da honra, pela simples razão de que disse, repetia e repetiria, que era, de facto, uma maçada ir lá vinte vezes explicar, a um licenciado em direito, para além do mais, era deputado, e que devia saber que a democracia tinha regras. As regras eram expressas pelos representantes que ali estavam e as deliberações que eles*

tomavam, eram tão válidas, como se estivessem noutra concelho qualquer, onde o Bloco de Esquerda tivesse essa maioria e fizesse cumprir essas regras. Portanto, não aceitava que fosse ali dizer, porque estava maçado por dizer trinta vezes a mesma coisa. Não estava a explicar nem de cátedra nenhuma. Agora achava que todos tinham um limite de ser humano, era dignidade, não só para consigo, mas para com os colegas e para quem assistia àquela Assembleia. Julgava ser a terceira ou quarta vez, em repetidas Assembleias Municipais, que o Senhor Deputado foi levar aquela questão, para além das vezes em que a levou à Conferência de Líderes. “Se isto não é uma maçada para si, é uma maçada para mim, desculpe, porque não estamos a adiantar nada, não estamos a trazer nada de novo à discussão. E se o Senhor Deputado quisesse, verdadeiramente, trazer esta questão à Conferência de Líderes, é livre de o fazer e escusava de vir aqui. Portanto, o que fez aqui foi um número político, não foi o número para contestar ou para pôr em causa o Regimento. O Senhor Deputado tem toda a legitimidade, aparece nas Conferências de Líderes com toda a legitimidade e pode levantar essa questão na Conferência de Líderes. O que veio aqui fazer, foi repetir aquilo que já disse vinte vezes e que, se calhar, vai continuar a dizer. Está na sua liberdade. Agora, ao menos, admita que as pessoas possam sentir-se enfadadas e fartas de discutir vinte vezes a mesma coisa”. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO TERCEIRO MANDATO NÚMERO SEIS BARRA DOIS MIL E VINTE E DOIS, DE UM DE ABRIL**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo terceiro Mandato número seis barra dois mil e vinte e dois, referente à sessão extraordinária de um de abril. Posta à votação foi a referida

ata aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO DOIS – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA DE DOIS MIL E VINTE E UM. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do disposto no artigo setuagésimo sexto da Lei setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, proposta aprovada em reunião do Executivo Municipal de catorze de abril do ano em curso, referente ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do ano de dois mil e vinte e um da Câmara Municipal de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocado à discussão, começou por usar da palavra o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO, para destacar que: “Hoje temos à nossa consideração o Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal relativo ao ano de dois mil e vinte e um. O balanço da atividade é um momento importante para refletirmos e para podermos realizar o que correu bem e o que correu mal e sobretudo para corrigir o que correu mal e melhorar o que correu bem. Começo por frisar que a análise que fazemos aos Relatórios da Câmara e empresas municipais não pode ser dissociada de uma apreciação mais geral que fazemos às atividades do Município, que fomos apresentando nas intervenções que tivemos (e que continuaremos a fazer!) nesta Assembleia. Também temos presente bem a perceção mais geral, que afeta o dia-a-dia dos munícipes, bem como da política que foi desenvolvida ao longo do ano transato. Quanto aos números, sublinha-se um novo crescimento da Receita, que se deveu no essencial à subida do IMT (mais dois vírgula sete milhões que o previsto, ou seja, mais dezanove por cento). A Receita Total tem vindo a subir significativamente, sendo de cento e dez milhões em dois mil e vinte e cento e

dezoito milhões em dois mil e vinte e um. A Receita Fiscal subiu cinco vírgula dois milhões face a dois mil e vinte (mais nove por cento). Por outro lado, as receitas provenientes das taxas e serviços cobrados aos munícipes também subiram consideravelmente, de quatro vírgula sete milhões em dois mil e vinte para seis milhões e meio em dois mil e vinte e um (mais trinta e oito por cento). Assim, considerando estes dados, a IL defende que a Câmara Municipal de Braga tem condições para fazer refletir estes proveitos inesperados na redução de impostos, de taxas e de tarifas, ao contrário do caminho seguido da consecutiva criação de taxas e taxinhas a que temos assistido nesta matéria. A IL está disponível para, em conjunto com as restantes forças políticas e com o Executivo, trabalhar para um entendimento fiscal alargado às taxas, o mesmo se aplicando em matéria de impostos. Assim, em conclusão, os documentos que estamos a analisar mostram claramente o bom estado das contas da Câmara, algo que não é posto em causa por nós de modo nenhum, sendo aliás um dado objetivo. Mas do nosso ponto de vista, estes instrumentos não nos permitem ter uma visão clara e objetiva das políticas que o município pretende desenvolver em dois mil e vinte e dois. Alguns projetos em curso tiveram taxas de execução baixas, o que dificulta a análise das políticas da cidade, sobre o que queremos e para quem se deve dirigir prioritariamente a nossa intervenção. Não obstante, a IL irá aprovar o Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal de Braga de dois mil e vinte e um".

Seguiu-se a intervenção da Sr^a. **Deputada da C.D.U., SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO**, para realçar que: "A apresentação do relatório de gestão e contas do município serve, invariavelmente, para fazer um balanço da capacidade de gestão de quem está à frente dos destinos da Câmara Municipal. Antes de irmos ao relatório em si, gostaríamos apenas de fazer notar que esta maioria fez questão de exhibir, logo na parte introdutória, os seus sucessos. São doze páginas

da melhor estratégia de “marketing”! Quem as lê tem apenas duas hipóteses: Um - Fica com a sensação de que não estamos a falar da mesma cidade. Dois - Reconhece grande mérito ao gabinete de Comunicação e imagem que pintou de dourado o exercício autárquico do ano transato. Senão vejamos aqui alguns excertos retirados deste relatório: “A receita arrecadada foi de cento e dezanove vírgula quatro milhões euros, um aumento de sete vírgula sete por cento, em termos absolutos, oito vírgula cinco milhões de euros, alicerçado fundamentalmente no aumento da receita corrente na ordem dos dez milhões de euros, que compensou a diminuição da receita de capital em um vírgula sete milhões de euros”. Os Impostos Diretos representam a maior parcela da receita corrente, com um peso relativo de cinquenta e dois vírgula sete por cento, e totalizando cinquenta e três vírgula nove milhões de euros. Destes, vinte e quatro vírgula seis milhões de euros foram cobrados em sede de IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis, ou seja, a maior fatia, no total das receitas. Não nos espanta e continua a merecer da nossa parte a confirmação de que se mantém uma janela confortável que permitiria ao município diminuir a carga fiscal do IMI em cinco por cento, conforme proposta da CDU, e chumbada pelo executivo camarário. Os munícipes saberão, a seu tempo, julgar esta medida. Também no relatório de contas menciona que “O boom turístico da cidade foi também uma aposta concertada, conseguindo em dois mil e vinte e um obter o título de Melhor Destino Turístico Europeu”. Sobre esta matéria não conseguimos vislumbrar, neste relatório, qual foi o custo da nossa autarquia na participação em tal concurso europeu. No Capítulo dos rendimentos de propriedade, a qual regista uma execução inferior a quarenta por cento, por via do não recebimento integral dos direitos sobre os dividendos resultantes da participação em cinquenta e um por cento na empresa municipal AGERE, EM, uma pergunta se impõe: Por que não

recebeu a Câmara Municipal de Braga os dividendos a que tem direito? Mais uma vez reivindicamos que a AGERE deve voltar para a esfera municipal a cem por cento. No capítulo das transferências correntes, com um aumento de dois milhões de euros (mais nove vírgula dois por cento), distribuídos da seguinte forma: Empresas públicas municipais (mais oitocentos e quarenta e quatro mil euros); freguesias (menos duzentos e cinquenta e nove mil euros); instituições sem fins lucrativos (mais trezentos e oitenta e quatro mil euros); famílias (mais novecentos e vinte e nove mil euros). Impõe-se uma pergunta: Porque é que as freguesias tiveram um decréscimo de duzentos e cinquenta e nove mil euros, quando todas as outras despesas tiveram um incremento? Não podemos continuar a “cativar” dinheiro que devia ser investido nas Freguesias e a adiar a resolução de muitos problemas dos seus cidadãos. As taxas de execução financeira nas freguesias são baixas, fruto dos atrasos na execução de obras que vão resvalando no tempo, e as populações são sempre as mais prejudicadas por esta engenharia financeira... Também refere que a execução das despesas de investimento atingiu os sessenta e dois por cento em dois mil e vinte e um, diminuindo ligeiramente face ao ano transato, em três pontos percentuais. Neste capítulo o executivo continua a não estar bem na fotografia. Deixar investimento por realizar é adiar o progresso e atirar para a frente (mais um ano) a resolução do que se previa resolver no ano transato.... No Capítulo quarto - Fornecimento e Serviços externos, página cento e seis do relatório de contas, destacamos o seguinte: Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras dois mil e vinte – vinte e cinco mil seiscientos e trinta e três euros e vinte cêntimos; dois mil e vinte e um – duzentos e cinquenta e quatro mil setenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos. Ora, fica aqui plasmado, mais uma vez, a necessidade de reforço dos meios humanos internos, com a contratação de mais técnicos fiscais e mais

engenheiros para suprir estas faltas. Não devíamos gastar com recursos de fora, o que conseguiríamos fazer com os recursos internos. Para terminar este capítulo quarto, a cereja no topo do bolo: Despesas com “Estudos, pareceres e consultoria jurídica”, em dois mil e vinte, atingiam a enormidade de oitocentos e catorze mil trezentos e setenta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos, mas em dois mil e vinte e um a cifra aumentou: um milhão noventa e um mil duzentos e setenta e um euros e noventa e dois cêntimos. Ou se recruta mais advogados ou qualquer dia esta despesa rivaliza com o “Estádio municipal” e, depois, não valerá o argumento gasto “dos esqueletos no armário”, a dizer que a culpa é dos outros! Esperava-se que dois mil e vinte e um fosse um ano centrado no essencial para os bracarenses, com uma política fiscal mais amiga dos cidadãos e famílias; uma cidade limpa e com as vias conservadas, bem iluminadas e adaptadas a cidadãos com mobilidade reduzida, políticas e projetos já em fase de conclusão centrados na eficiente gestão da mobilidade... por onde andou o tão afamado BRT? No sector da ação social, dos onze vírgula cinco milhões de euros despendidos, oito vírgula três milhões de euros advêm dos contratos programa com as empresas municipais BragaHabit e TUB. Na habitação e serviços coletivos, enquadra-se a Inserção Urbana da Rede Ciclável (dois vírgula dois milhões de euros), que, de resto, sai como grande vencedor de todos os projetos de investimento desta maioria, logo seguido pela Requalificação do Mercado Municipal (um vírgula um milhão de euros), e a conseqüente Instalação do Mercado Municipal Provisório (novecentos e oitenta e nove mil euros). Aliás, a soma destes dois equipamentos representou cerca de cinquenta por cento da despesa no capítulo da habitação e serviços coletivos! O que nos leva à conclusão óbvia de que houve muito desinvestimento nesta área para conseguir estes resultados. Se dúvidas houvesse, atente-se ao que diz no relatório na sua página cinquenta e um, que passo a citar:

*”Face ao ano anterior, regista-se neste objetivo setorial uma diminuição de um vírgula um milhões de euros”. Fim de citação! No âmbito da política habitacional, para além da reabilitação dos bairros de Santa Tecla e Enguardas, muito ficou por fazer, nomeadamente na promoção de ferramentas que permitissem o acesso dos cidadãos a rendas controladas, a aquisição e habitação a custos controlados e que impedisse a desertificação do centro da cidade ou a sua total transformação em “alojamento turístico”. Outro aspeto que não deixou de nos saltar à vista foi a evolução das dívidas a terceiros, que aumentou de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um quase em quatro milhões de euros. Como se justifica? O investimento foi tão grande na cidade que a Câmara teve que deixar de cumprir as suas responsabilidades para com terceiros? Ao contrário desta maioria, não nos contentamos em comparar a execução de um relatório de contas como este com o relatório de contas anterior, preferimos comparar com aquilo que estava orçamentado para dois mil e vinte e que, recordamos, eram cento e trinta e oito milhões de euros. E o que ficou por executar? Menos vinte milhões de euros que estavam previstos e que não foram executados. Na página dezasseis deste relatório ficou isso bem claro: “A Taxa de execução de oitenta e três virgula seis por cento”. Com este tipo de gestão, Braga continuará a adiar o futuro e a tornar mais difícil viver o presente. Não nos satisfazemos com pouco e muito menos alinhamos com exercícios que tentam disfarçar as enormes deficiências da gestão autárquica da maioria PSD/CDS/PPM na Câmara de Braga. Votaremos contra este relatório”. A palavra foi depois dada ao **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para dizer que: “Logo no início de dois mil e vinte e um, iniciou-se o plano de vacinação contra o Covid dezanove o que fez com que houvesse uma gradual diminuição da pandemia ao longo desse ano à medida que se ia atingindo o nível de vacinação total da*

população nas suas três doses! Mas este ano de dois mil e vinte e um foi crucial para percebermos a resiliência e o dinamismo das nossas gentes e do nosso Município em situações de grande adversidade! Braga, nestas condições muito desfavoráveis, conseguiu manter-se como um destino turístico de eleição! Muito contribuiu para isso o apoio da Autarquia à restauração, ao comércio tradicional, bem como a promoção de Braga como destino turístico em Feiras e eventos nacionais e internacionais realçando as nossas potencialidades gastronómicas, culturais, religiosas e naturais! A melhoria do Centro Coordenador de Transportes de Braga em conforto, em higiene, em acessibilidades, em informação e em segurança também foi importante para que se criassem condições de dignidade para os utilizadores das carreiras rodoviárias! Foi também de extrema relevância a perceção de que o nosso Concelho se transformou num Concelho empreendedor! Conseguiu evoluir com indústrias que em vez de apenas se dedicarem à fabricação, passaram a promover mais a inovação, o desenvolvimento e em alguns casos, a própria reinvenção dos produtos que habitualmente produziam! A procura da sustentabilidade, do empreendedorismo, da atração de investimento nacional e internacional, são hoje, uma imagem de marca do nosso Concelho! Seria injusto não referir o papel importante da InvestBraga e Startup Braga na catalisação destes objetivos! O ano de dois mil e vinte e um também foi marcado pelo início de atividade do renovado Mercado Municipal que aumentou as suas valências e extravasou para lá do próprio Mercado, despoletando a requalificação de toda uma zona que se encontrava num potencial estado de degradação progressiva! A atribuição de Braga Capital Europeia de Cultura do Eixo Atlântico foi o reconhecimento pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo nosso Município e pela empresa Municipal do Teatro Circo a nível Cultural! O Município reinventa-se todos os

anos e tem cada vez mais dinamismo cultural! Durante o ano de dois mil e vinte e um, a sexta Capital da Cultura do Eixo Atlântico investiu em trezentos e trinta espetáculos com setenta e cinco mil pessoas a assistir sendo que envolveu trezentas e vinte e cinco estruturas culturais e oitocentos e cinquenta e quatro artistas participantes! Destaca-se também as Comemorações Centenárias do Arquiteto André Soares que provam que a Cidade não se esquece das suas Gentes! Quanto ao Parque das Sete Fontes, o Município de Braga fez mais um acordo para a aquisição de seis mil metros quadrados o que já garante a gestão de seis hectares e meio! O objetivo de manter naquela zona como um pulmão verde da Cidade é cada vez mais uma realidade! E por falar em realidade, A Urbe assistiu a mais uma etapa concluída ao serem terminados e aprovados os projetos da Musealização da ínsula das Carvalheiras! Dois mil e vinte e um marca também o início do desenvolvimento da valorização e musealização da Estação Arqueológica de Santo António de Santa Marta das Cortiças! O ano em discussão, também foi importante para o Convento de São Francisco de Real já que foram lançados os procedimentos de contratação pública relativos à execução da empreitada! A sensibilidade deste executivo para com o património, revela-se com a aprovação da Mamoa de Lamas, do Jardim de Santa Bárbara, do edifício do Theatro Circo, do Palacete Júlio de Lima além do seu jardim e do Banco de Portugal em imóveis de interesse municipal! O Programa intermunicipal para os Sacromontes entre Braga e Guimarães, que vem desde dois mil e dezassete e que teve no ano de dois mil e vinte e um uma continuidade à elaboração do Programa, prova aquilo que já afirmei nesta Assembleia Municipal em tempos e que bem mais importante do que uma Regionalização, seria a criação de uma Área Metropolitana do Minho! As intervenções de beneficiação e reparação do edificado do Parque Escolar e que são de extrema importância para

*quem considera importante ter uma Cidade educadora merecem também ser destacados nesta análise! Na questão da mobilidade, julgo também ser de destaque os primeiros passos do BRT Metro-Bus, a conclusão do projeto de execução do reordenamento viário do Nó de Infias e da rede envolvente! São dois passos que permitirão melhor mobilidade, menos emissão de gases de efeito estufa, melhor qualidade de vida e menor perda de tempo! A nível da sustentabilidade, foi com regozijo que se constata que Braga está acima da média Nacional em muitos indicadores de desempenho a nível da concretização dos dezassete objetivos de Desenvolvimento sustentável das Nações Unidas! O início da implementação da estratégia Local de Habitação foi um passo de extrema importância para um Município que se preocupa no melhoramento dos já elevados índices de qualidade de vida! Com uma Guerra na Europa que não deverá acabar tão cedo e poder-se-á até alastrar, com uma crise das matérias primas sem solução à vista, com uma crise energética que não parece ter resolução fácil e com uma inflação galopante e sem perspectivas de abrandar, foi com agrado que vimos a continuação da diminuição do Passivo e que vai atenuar o mais que provável aumento do esforço financeiro Municipal para compensar as mais que prováveis subidas de juro! Por essas razões o PPM irá aprovar este ponto da ordem de trabalhos!”. Passou depois a usar da palavra o **Sr. Deputado do ALIANÇA, JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA**, para salientar que: “O ano de dois mil e vinte e um foi um ano atípico, a pandemia condicionou irremediavelmente a economia, a execução normal da generalidade das atividades e do investimento. Acrescem a este já complexo problema, a crise política, a crise de fornecimentos, a escassez de matérias-primas e produtos, o escalar do aumento de preços das energias em geral, a eletricidade, o gás e os combustíveis. Mesmo assim e, com todos estes constrangimentos, a execução do*

orçamento para dois mil e vinte e um supera os principais indicadores e demonstra a capacidade e a importância crescente do poder local. Há um aumento de noventa colaboradores ao serviço do Município, dos quais setenta e nove são destinados à melhoria do serviço nas escolas, tantas vezes reclamada por pais e sindicatos um pouco por todas as escolas do país. A execução de oitenta e cinco por cento da receita é um indicador da resiliência e dinamismo do concelho. A receita posiciona-se nos cento e dezoito milhões de euros, representando um aumento de oito por cento da receita cobrada e acompanha uma dinâmica nacional, de aumento na arrecadação de impostos diretos, com destaque para o IMT, para o qual contribui imenso o dinamismo imobiliário de Braga, provocado pelo aumento da população e pela melhoria das condições socioeconómicas e a atratividade de imigrantes. Regista-se também um aumento do valor arrecadado em taxas e para isso contribui especialmente a aceleração dos licenciamentos de obras, respondendo assim à dinâmica crescente em Braga, mas também a taxa turística com cerca de trezentos mil euros e claro está, a aposta no turismo, na divulgação da cidade e prémios como o Melhor Destino Europeu em dois mil e vinte e um, foram decisivos para estes importantes contributos. Há por outro lado aumento da despesa, que em grande parte tem a ver com o aumento de salários, há também aumento das transferências de capital para as freguesias, mas dois mil e vinte e um fica marcado por um conjunto de despesas imprevistas, para mitigação dos efeitos da pandemia em escolas e outros locais, mas também, e bem, na opinião do partido Aliança, o investimento forte na cultura e na preparação da capital da cultura em dois mil e vinte e sete, na aposta no desporto tão importante no modelo de sociedade atual, que a par do aumento de custos da energia e outros bens, compõem os cerca de dois vírgula seis milhões de euros de aumento na aquisição de bens e serviços. Comparando com a despesa

do governo, que pela primeira vez supera os cento e cinco mil milhões de euros, muito acima dos oitenta e seis mil milhões de euros em dois mil e quinze e do anterior máximo de José Sócrates em dois mil e dez, noventa e três mil milhões de euros, com as consequências e medidas de austeridade que perduram nos dias de hoje. É, portanto, um período especial, que exigiu medidas excecionais a todos e a análise dos números deve ser contextualizada. O passivo corrente evoluiu positivamente, dívida diminuiu dez milhões de euros, entre dois mil e dezoito e dois mil e vinte e um é um indicador do rigor na gestão e acima de tudo do compromisso intergeracional, nem sempre tido em atenção na gestão pública e dos dinheiros dos contribuintes, tendo a dívida pública portuguesa subido mais de vinte mil milhões de euros nesse período. Para os resultados alcançados contribuíram as centenas de trabalhadores do Município e para eles gostaria de deixar uma palavra de gratidão e reconhecimento. O Partido Aliança vota sem reservas este Relatório”. Para dar continuidade à discussão deste ponto da ordem de trabalhos, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S., BRUNO ALEXANDRE ROCHA GONÇALVES**, para destacar que: “Uma década. São dez anos que separam o início da última década do exercício que agora avaliamos. No mundo, e em Braga particularmente, são também dez anos que separam realidades brutalmente distintas. Em Braga mudou o concelho, mudaram as pessoas e mudaram as circunstâncias. Temos, hoje, no concelho, entre muitas outras coisas, mais pessoas qualificadas, fruto de uma estratégia nacional de aposta na educação, sobretudo no ensino secundário e superior, que ajudaram a modernizar a cidade, a readaptar a sua atividade (cultural, comercial, industrial) e a fortalecer os seus valores - o de uma comunidade una, solidária e fraterna. E em dez anos mudaram, também, os destinos da Câmara Municipal. É, por isso, tempo de olharmos para o passado e perspetivarmos o futuro: que prioridades temos dez

anos depois? Que políticas públicas consolidam essas prioridades? E, sobretudo porque esse é o exercício que interessa para esta discussão, entender que opções orçamentais sustentaram essas políticas. Importa, especialmente, perceber para onde vamos. Perceber porque Braga é uma cidade com uma percentagem cada vez menor de jovens, de trinta e cinco por cento em dois mil e onze para trinta por cento em dois mil e vinte e um (segundo dados do Eurostat); Entender porque razão a mobilidade é, à data de hoje, apontada pelos bracarenses como um dos grandes obstáculos à qualidade de vida na cidade ou concluir o que poderia ter sido feito para que atualmente não fosse tão difícil, aos jovens e menos jovens, morar em Braga. Ao atravessarmos o documento de execução orçamental apresentado pela Câmara Municipal para o ano transato, há três pontos essenciais, inerentes à estratégia da atual maioria no executivo, sobre os quais importa debruçar com uma visão ampla, distante e assertiva. O primeiro sobre as receitas. As receitas totais da câmara municipal aumentaram, entre dois mil e onze e dois mil e vinte e um, trinta e quatro por cento, em cerca de trinta milhões de euros - de oitenta e oito milhões de euros para cento e dezoito milhões de euros. Dois mil e vinte e um foi, aliás, o ANO que registou A MAIOR RECEITA FISCAL DE SEMPRE do Município de Braga. Note-se, A MAIOR RECEITA FISCAL DE SEMPRE. Subiu da ordem dos trinta e oito milhões de euros em dois mil e onze para os sessenta milhões de euros em dois mil e vinte e um. Algo que, já agora, era importante a maioria clarificar. E se compararmos a evolução da população constatámos, ainda, que NUNCA UM BRACARENSE PAGOU, EM MÉDIA E EM TERMOS ABSOLUTOS, TANTO EM IMPOSTOS MUNICIPAIS COMO HOJE. Bem sabemos o que dirá a maioria de direita que suporta este executivo: dirá precisamente o oposto do que diz noutros fóruns e assembleias nacionais e tentará recorrer-se do crescimento da atividade económica, sobretudo

impulsionado pela inflação no setor imobiliário, para justificar este dado. Seria, por isso, interessante que aplicassem essa coerência de forma sistemática nas assembleias onde os mesmos partidos que suportam a Maioria detêm assento. Mas adiantemos: qual a finalidade de um imposto? Qual a utilidade da receita fiscal? E a resposta, clássica e imediata, é simples: serve para que, em conjunto e em comunidade, todos sejamos capazes de financiar eficazmente políticas públicas que corrijam assimetrias e que sejam capazes de promover igualdade de oportunidades e de assegurar a liberdade de todos. Infelizmente, os últimos anos de gestão do Município de Braga mostram exatamente o contrário: é que à maior receita fiscal de sempre não se soma, nem nunca se somou nos últimos anos, o maior investimento de sempre no concelho, nas freguesias e nas pessoas. Somos, aliás e infelizmente, todos tentados a concordar com as declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal quando, em novembro do último ano, referindo-se à coleta de IMI e ao IRS, afirmou que os impostos municipais 'ficam melhor empregues na carteira das famílias do que nos cofres da autarquia'. E a razão, neste caso, é tão simples quanto óbvia: é que perante a falta de estratégia integrada e perante a inábil gestão desta autarquia, nem A MAIOR RECEITA FISCAL DE SEMPRE foi capaz de DEVOLVER AO CONCELHO OS INVESTIMENTOS DE QUE AS PESSOAS PRECISAM. Ora vejamos: Em matéria de investimento, e apesar do crescimento em mais de trinta por cento da receita da Câmara Municipal, este DESCEU oito por cento na última década. O investimento municipal baixou, em termos absolutos, de trinta e cinco milhões de euros para trinta e dois milhões de euros. Some-se ainda que, em termos comparativos, há dez anos INVESTIA-SE MAIS DE quarenta por cento da receita total anual do município, enquanto que, hoje, essa cifra não chega, sequer, aos trinta por cento. E perguntar-se-ão todos: mas então, onde investe a Câmara

Municipal? Seria de esperar que para o atual edil, entretanto convertido à agenda regionalista e crítico da forma 'pouco ambiciosa e minimalista' como tem sido seguida a descentralização de competências, a solução passasse pelo reforço das juntas de freguesias: pilares da proximidade democrática e fiéis interlocutores da República Portuguesa perante os cidadãos. Pois bem, bem prega Frei Tomás. Em matéria de transferências de capital para que as juntas de freguesias realizem os investimentos necessários, entre dois mil e onze e dois mil e vinte e um, estas diminuíram quarenta e três por cento! Hoje, as transferências são quase metade do que eram há uma década, deixando os executivos de freguesias cada vez mais distantes das expectativas dos seus fregueses. Ainda em matéria de investimento, consultemos o PPI - O plano plurianual de investimentos. Para dois mil e vinte e um, o Município havia previsto investir trinta e cinco milhões de euros em investimentos diretos: dos transportes rodoviários ao turismo, da educação ao ordenamento do território. Este relatório vem-nos mostrar que, uma vez mais, as expectativas saem frustradas. Dos trinta e cinco milhões previstos, APENAS FORAM QUINZE MILHÕES DE EUROS - o que corresponde a uma taxa de execução de cerca de quarenta por cento. Ou seja, POR CADA DEZ EUROS DE INVESTIMENTO PREVISTOS, SEIS EUROS NÃO FORAM GASTOS. E onde não foram investidos os recursos previstos? Vejamos, por exemplo, a rubrica de 'Requalificação, Conservação e Beneficiação dos Edifícios Escolares' tão necessários para que os mais jovens alunos da cidade de Braga tenham as melhores condições para um percurso escolar de sucesso que lhes permita aceder ao elevador social, ferramenta tão cara do nosso Estado Social. Dezassete das vinte e duas rubricas inscritas e previstas para investimento tiveram um investimento de 0 (ZERO!) euros. Ou seja, das vinte e duas obras previstas para melhoria da infraestrutura escolar, dezassete receberam da Câmara Municipal de

Braga uma mão cheia de nada! Em abril de dois mil e vinte e um, o presidente da Câmara Municipal anunciava, aquando da reabilitação da Secundária de Maximinos, que “seis escolas básicas do Concelho serão intervencionadas este ano (dois mil e vinte e um), representando mais de dez milhões de euros de investimento municipal”, excluindo - e passo a citar o site oficial da CMB - ‘investimento adicional superior a cinco milhões de euros’ para a remoção do fibrocimento das escolas. Ora, no final de dois mil e vinte e um, concluímos que dos dez milhões apenas um milhão e duzentos mil euros foram executados (um milhão em dez!) e que das seis escolas anunciadas, apenas cinco tiveram intervenção: sendo que para a Escola Secundária de Maximinos o investimento foi de um milhão e cem mil euros e para as restantes quatro escolas nem cinquenta mil euros. Percebe-se bem a razão da pomposa apresentação desta obra em abril, mas desta vez nem o aparato nem o excesso de comunicação escondem o ENORME FALHANÇO DESTE EXECUTIVO EM MATÉRIA DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES PARA AS FILHAS E FILHOS DO NOSSO CONCELHO. Muito mais haveria a dizer. Por exemplo, na área da mobilidade, onde os duzentos mil euros em linhas vermelhas da Avenida da Liberdade serão agora apagados para a concretização de um novo investimento em ciclovias. Só nesta pequena (grande) desorientação estratégica da Câmara Municipal, entre os duzentos dias que separaram a pintura das linhas até ao anúncio do seu fim, os bracarenses pagaram mil euros por dia para pintar de vermelho o chão de uma avenida que não protege os ciclistas. A esta falta de visão somam-se muitas outras, como a do caso do BRT, onde o anúncio da concretização até dois mil e vinte e cinco por parte do Presidente da Câmara de Braga, esbarra de frente com a realidade e ao qual nem o projeto ‘Eu já passo aqui’, com um investimento de três milhões de euros para elevar passadeiras resistirá (dando lugar a maiores

prejuízos para a Câmara e para os munícipes) por falta de orientação do executivo. Lembremo-nos, para memória futura, que foi o próprio presidente que, em junho de dois mil e vinte, disse que ‘Mais do que uma visão técnica e estratégica, esta é uma área que requer coragem.’ A coragem foi tanta que não durou nem meio mandato. Depois de tudo isto, pergunta-se: Mas então, se o Município coleta a maior receita fiscal de sempre e se o investimento se cifra em níveis historicamente baixos, onde é aplicado o dinheiro? Está a Câmara Municipal de Braga perante uma das maiores poupanças da sua História? A resposta é não. E é não, porque continuamos a assistir a um completo descontrolo das despesas correntes do Município que passaram de quarenta e oito milhões de euros em dois mil e onze para os oitenta e quatro milhões de euros em dois mil e vinte e um. Apenas em aquisições de bens e serviços gastam-se, hoje, mais dez milhões de euros do que há dez anos, e, se analisarmos, somente, a aquisição de serviços (excluindo os bens considerados necessários para o desempenho de funções na Câmara Municipal), então percebemos onde se gasta grande parte do que se recebe a mais, face a dois mil e onze, em impostos. Em aquisições de serviços, a Câmara Municipal de Braga gastou, em dois mil e vinte e um, vinte e quatro milhões de euros! Mais de doze milhões de euros do que em dois mil e onze, ou seja, mais cento e trinta por cento de despesa. E é por isso, que quando a oposição fala numa câmara desorientada, de festas e festinhas, ela não se reflete numa crítica injusta, mas sim num facto comprovado por estes números. Enquanto este executivo prioriza os acidentais ajustes a curto prazo, as festas e as festinhas glamorosas, os anúncios mediáticos e a comunicação faustosa, os bracarenses encontram um concelho onde cada vez mais é difícil viver: onde os rendimentos não acompanham a subida dos preços da habitação; onde os sucessivos anúncios para a mobilidade - da Variante do Cávado aos elétricos dos TUB - tropeçam no

trânsito interminável; onde as promessas de uma cidade mais verde encontram umas Sete Fontes onde as palavras ECOPARQUE e Monumental teimam em não sair do papel e onde aqueles que mais precisam têm cada vez menos oportunidades porque as políticas públicas se resignam à espuma dos dias e não lhes abrem as portas que Abril prometeu. Dez anos depois, esta é a radiografia e o espelho de uma maioria desorientada, sem planos para a cidade e sem visão para as pessoas. Não é, como em tempos se disse, uma quadratura do círculo, mas antes uma geometria sem forma. Caras e caros deputados, é aqui, também aqui nesta câmara, que este executivo falha: falha porque já nem consegue prometer aos bracarenses um futuro e uma vida melhor, sob pena de voltarmos daqui a um ano para discutir o quanto a falta de investimento se soma às dificuldades que as famílias sentem todos os dias. Assim sendo, o grupo municipal do Partido Socialista não pode senão votar contra o Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal de Braga para dois mil e vinte e um”. O Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES interveio para referir que: “O relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal de Braga de dois mil e vinte e um, é um documento revelador do compromisso assumido desde dois mil e treze pelo executivo liderado por Ricardo Rio. Os últimos dois anos de exceção puseram à prova toda a resiliência e capacidade deste Executivo, o qual assumiu desde a primeira hora, um conjunto de medidas excepcionais e temporárias capazes de responder à crise pandémica. Com um Plano de Ação integrado e adequado à realidade, este Executivo assegurou de forma rigorosa, racional e cuidada, uma relação constante entre a saúde pública e a economia local. O ano de dois mil e vinte e um ficou marcado pelo avanço do processo de Vacinação. O centro de vacinação do Fórum Braga, reconhecido por diversas autoridades nacionais, através de um plano integrado de ação, permitiu que se

conseguisse uma maior eficácia nas medidas de combate à pandemia. O ano de dois mil e vinte e um fica também marcado pelo Investimento autárquico em áreas fundamentais como a Educação, o Desporto, as Infraestruturas Rodoviárias, a modernização dos serviços gerais municipais, ou no Ordenamento e Planeamento do Território onde a mobilidade, a valorização ambiental, a regeneração urbana e industrial, assumiram especial destaque. Estas áreas contribuíram para um valor global de investimento na ordem dos quinze vírgula seis milhões de euros. No que concerne ao desempenho orçamental do Município, a Receita arrecadada foi de cento e dezoito vírgula quatro milhões euros, o que representa uma taxa de execução face ao orçado corrigido de oitenta e cinco vírgula três por cento, isto é, comparativamente com o valor arrecadado no ano de dois mil e vinte, um aumento de sete vírgula sete por cento, e em termos absolutos, oito vírgula cinco milhões de euros, alicerçado fundamentalmente no aumento da receita corrente na ordem dos dez milhões de euros, o que compensou a diminuição da receita de capital em um vírgula sete milhões de euros. Para quem considera exagerado o aumento da receita, aproveito para lembrar as palavras do Presidente Ricardo Rio, que sempre tem dito que “o dinheiro dos impostos fica mais bem guardado no bolso dos contribuintes”. De facto, com este Executivo, assim é. Foi esta Assembleia Municipal que aprovou o Orçamento de dois mil e vinte e um, no qual constava uma relevante redução de impostos: três por cento na taxa de IMI (passando de zero vírgula trinta e quatro por cento para zero vírgula trinta e três por cento) e de sete por cento na taxa de comparticipação do IRS (passando de quatro por cento para três vírgula setenta e cinco por cento). A Despesa assumida e paga pelo Município em dois mil e vinte e um, cifrou-se em cento e dezassete vírgula dois milhões de euros, sendo que oitenta e quatro vírgula sete milhões de euros correspondem a despesa corrente efetuada e trinta e dois vírgula cinco

milhões de euros são despesa de capital. Considerando o Orçamento corrigido para o ano, observa-se que a taxa de execução da despesa corrente foi de oitenta e nove por cento e a taxa de execução das despesas de capital foi de setenta e cinco por cento, o que combinado, resulta numa taxa global de execução de oitenta e cinco por cento. Globalmente, resulta num aumento líquido de despesa paga de sete vírgula cinco milhões de euros. O quadro de Pessoal teve um reforço significativo, merecendo destaque os seguintes indicadores: Em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, o volume de emprego era de mil setecentos e trinta e sete efetivos, o que representa um aumento de noventa colaboradores face ao ano dois mil e vinte; Na categoria de Assistente Operacional, cifrava-se num total de mil e trinta e seis efetivos, o que representa um aumento de setenta e nove colaboradores em relação ao ano anterior. A categoria de Assistente técnico tinha um total de duzentos e oitenta e três colaboradores, menos sete face a dois mil e vinte; A categoria de Técnico superior, conta com cento e noventa e um colaboradores, mais vinte e um efetivos em relação a dois mil e vinte. Em dois mil e vinte e um, o Município de Braga evidencia, de igual modo, uma poupança corrente do exercício no valor de dezoito vírgula sete milhões de euros (superior em dois vírgula seis milhões de euros face ao ano anterior), totalmente aplicada no financiamento das despesas de capital, cumprindo-se o princípio do equilíbrio orçamental e equidade intergeracional, traduzida também na sistemática redução da dívida do Município, coisa que o Governo da República não consegue fazer com a dívida pública. O executivo privilegiou uma gestão direcionada às necessidades dos Bracarenses, onde o resultado líquido de sete vírgula quatro milhões de euros é prova inequívoca de uma gestão eficiente. Ao nível das Freguesias, para além da concretização de diversas intervenções assumidas pelo Município através de meios próprios, foram canalizados sete vírgula cinco

milhões de euros, distribuídos por contratos interadministrativos, apoios financeiros, ou contratos de execução estabelecidos. As Funções Sociais representam uma execução de quarenta e um vírgula dois milhões de euros, encontrando-se aqui concentrada a maior proporção dos investimentos do município, uma vez que representam sessenta e três por cento das GOP, com especial destaque para a Educação (sete vírgula quatro milhões de euros), para a Ação Social (onze vírgula cinco milhões de euros) para a Habitação e Serviços Coletivos (oito vírgula nove milhões de euros), para os Serviços Culturais, Recreativos e Desportivos (treze vírgula um milhões de euros). Ao nível das Atividades, merecem destaque as iniciativas para mitigar os efeitos da pandemia e estimular a atividade económica. Merecem ser assinalados os esforços para apoiar os agentes económicos mais afetados e a aposta na promoção do território, com evidentes efeitos na dinamização da atividade turística. Apesar das circunstâncias adversas, foi também um ano em cheio para a Cultura. Braga, em dois mil e vinte e um, foi a Capital de Cultura do Eixo Atlântico; finalizou o programa de Comemorações Centenárias de André Soares e formalizou a sua candidatura a Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete, fazendo parte do lote restrito das quatro cidades finalistas. Simultaneamente conseguiu apoiar e mobilizar os seus agentes e entidades culturais, apresentar novas propostas programáticas a nível artístico e cultural e envolver novos públicos, nacionais e internacionais. A Semana Santa, a Braga Romana e tantos outros eventos tiveram de se reinventar e adaptar à situação de pandemia. Ainda assim Braga continuou a afirmar-se, nacional e internacionalmente, como um concelho de Cultura. O Património continuou a ser valorizado, com destaque para a inauguração do monumento a Dom Diogo de Sousa e com o avanço relevante no processo de Salvaguarda do Monumento Nacional das Sete Fontes. O ano de dois

mil e vinte e um, à semelhança do que acontecera com o ano de dois mil e vinte ficou, igual e decisivamente marcado pela pandemia de COVID-dezanove, que desencadeou mais problemas sociais e económicos e, simultaneamente, agravou ou potenciou muitos problemas já existentes ao nível do emprego, da saúde mental, do isolamento social, da habitação, do acesso a bens de primeira necessidade, do acesso a serviços públicos, entre outros. Por isso mesmo, o Apoio Social foi tão importante. Entre muito outros, importa destacar: O Gabinete de Ação Social efetuou quatrocentos atendimentos a munícipes, nomeadamente através do atendimento presencial no Balcão Único; O Programa “Braga Sol (Transportes)” concedeu cento e quarenta apoios para os títulos de transporte público, para deslocações essencialmente a consultas e tratamentos de pessoas em situação socioeconómica vulnerável; O Plano Municipal para Integração de Migrantes, viu aprovada a candidatura “Parceria para a Integração”, que permitirá financeiro o redesenho do Plano e implementar medidas conducentes à plena integração e inclusão de cidadãos NPT (Nacionais de Países Terceiros) no Município de Braga, potenciando o reconhecimento mútuo entre autóctones e imigrantes, tão relevante neste tempo de acolhimento aos refugiados da Ucrânia, e não só. Não obstante as difíceis circunstâncias que vivemos em dois mil e vinte e um, estas singelas evidências demonstram um notável desempenho na gestão da causa pública, pelo que o Grupo Municipal do CDS-PP irá votar favoravelmente o presente Relatório de Gestão e Contas”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., RUI NUNO GONÇALVES MARQUES**, para dizer que: “Em primeiro lugar, é nossa opinião que é justa e merecida uma chamada de atenção para a qualidade do documento que nos foi apresentado pelo executivo. Um relatório de atividades e de gestão é um documento fundamental para que a Assembleia Municipal e toda a comunidade possa tomar pleno conhecimento de

toda a atividade desenvolvida pela autarquia, bem como da respetiva prestação de contas do executivo, para que se possa aferir com rigor da eficiência e racionalidade na gestão dos recursos e do equilíbrio e sustentabilidade das contas municipais. Ora, o documento em apreço é bem estruturado, é claro, é rigoroso, apresentado sempre com grande nível de detalhe a informação que nos é prestada. E isto é revelador dos princípios de rigor e transparência que norteiam a ação do executivo. Mais do que uma obrigação legal ou fiscal, este é um compromisso de prestação de contas claras com os Bracarenses. Uma segunda nota sobre o contexto adverso. À semelhança do ano anterior, o ano de dois mil e vinte e um volta a ser marcado pelos impactos sociais, económicos e sanitários provocados pela pandemia de Covid-dezanove. Numa sociedade em que o tempo parece passar cada vez mais depressa, parece já distante o período crítico provocado pelo SARS COV dois, mas a verdade é que em dois mil e vinte e um voltamos a viver uma violenta vaga de infeções, que provocou enormes constrangimentos no sistema nacional de saúde e obrigou a um novo confinamento dos portugueses. Mas, dois mil e vinte e um fica também marcado pelo avanço da vacinação, que permitiu prosseguir com uma política gradual de alívio das restrições aplicadas aos portugueses. E, neste domínio, importa recordar o importante contributo dado pelo Município de Braga, ao acolher no Fórum Braga senão o melhor seguramente um dos melhores Centros de Vacinação em funcionamento no país, que chegou a registar um recorde de três mil duzentas e quarenta inoculações num só dia. Como é amplamente reconhecido, o município de Braga desempenhou, desde a primeira hora, um papel ativo no combate à pandemia, prolongando em dois mil e vinte e um a aplicação de um conjunto de medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia, que facilitou o acesso dos munícipes à Educação, Cultura e Deporto,

em tempos de confinamento, bem como minorar os impactos na economia local. Uma terceira nota sobre o ciclo de investimentos estruturantes e estratégicos. Apesar das dificuldades vividas, dois mil e vinte e um não deixou de ser um ano marcante ao nível do investimento autárquico, tendo sido investidos, neste período, cerca de dezanove vírgula sete milhões de euros, o que significa que, nos últimos quatro exercícios, foram concretizados setenta e seis vírgula sete milhões de euros em investimento autárquico, reflexo da ambição e da capacidade de gestão deste executivo. São um conjunto de investimentos estruturantes e estratégicos em projetos mobilizadores, social e economicamente relevantes, e que tornarão Braga um território mais atrativo e competitivo, que incluíram: três vírgula um milhões de euros em Infraestruturas educativas; um vírgula cinco milhões de euros na modernização dos serviços gerais municipais; sete vírgula um milhões de euros no ordenamento e planeamento do território, dos quais: dois vírgula sete milhões de euros na mobilidade, englobando a conclusão do projeto de inserção da rede urbana ciclável, a eliminação das barreiras urbanísticas e arquitetónicas e o projeto de intervenção no Nó de Infias; dois vírgula quatro milhões de euros na regeneração urbana, que abrange essencialmente a requalificação do Bairro de Santa Tecla, a conclusão do Mercado Municipal e zona envolvente, bem como o arranjo para a instalação da feira municipal; seiscentos mil euros na valorização ambiental, que resulta das intervenções prosseguidas no Parque das Camélias, Ecoparque das Sete Fontes, regularização do Rio Torto, Praias fluviais do Cavadinho e de Navarra e Ecovia do Rio Cávado; seiscentos e trinta e cinco mil euros na regeneração industrial, que inclui a renovação do pavimento do Parque Industrial de Padim da Graça; seiscentos e dezasseis mil euros no Desporto, relacionados com as intervenções concretizadas no Eixo Desportivo da Rodovia e num conjunto de infraestruturas desportivas,

recreio, lazer e de juventude; e dois vírgula três milhões de euros em infraestruturas rodoviárias. Este conjunto de investimentos foi, ainda, acompanhado de centenas de intervenções nas freguesias de norte a sul do concelho, onde, para além da concretização de diversas obras assumidas através de meios próprios do Município, foram também investidos sete vírgula cinco milhões de euros, distribuídos por contratos interadministrativos e apoios financeiros. Neste âmbito, nos últimos quatro exercícios, foram transferidos para as freguesias cerca de vinte e cinco milhões de euros, dando significado e corpo a uma efetiva política de descentralização e de coesão territorial prosseguida pelo executivo. Uma quarta nota para referir que há Vida para lá da obra. Algumas vozes têm aludido que o investimento realizado em dois mil e vinte e um é inferior ao que se promoveu há dez anos nos tempos do executivo socialista. Ou que representará agora uma percentagem inferior do total de receitas arrecadado. Bem, em primeiro lugar, mais do que o volume de investimento o que importa é a qualidade do investimento promovido. Como diz o ditado, é sempre melhor, pouco e bom, do que muito e fraco. E, desse ponto de vista, os executivos de Ricardo Rio não correm atrás da concretização dos números pelos números, antes promove-se os investimentos considerados necessários e prioritários, de acordo com um programa e uma agenda estratégica, sem hipotecar o equilíbrio das contas, a solvabilidade do Município ou a capacidade de investimento futura. Em segundo lugar, é pouco fiável a comparação de anos isolados. Os investimentos fazem-se em ciclos, não se repartindo de forma igualitária ao longo dos anos. Nalguns anos, o investimento é maior. Noutros é menor. Assim acontece, nas famílias, nas empresas, nas autarquias ou no orçamento de estado. Deve-se, por isso, analisar os ciclos de investimento e, sobretudo, avaliar a eficácia, a razoabilidade e o retorno dos investimentos realizados. Mas como se sabe a ação do município e do

executivo não se resume a obras. Há vida para além do investimento em obras...é preciso preparar o futuro! E quando se tem um rumo e uma estratégia bem definida, como é o caso, o futuro constrói-se todos os dias. Fazer cidade é sempre um projeto inacabado. Quando acabamos de realizar tudo o que havia para fazer, novos desafios e novas necessidades, entretanto emergiram. Nesta perspetiva, em dois mil e vinte e um, foi também possível preparar e promover um conjunto de projetos marcadamente estruturantes para o concelho de Braga e para o seu desenvolvimento futuro. Assim, em matéria de valorização e salvaguarda do nosso património, deu-se sequência à concretização do Plano de Urbanização das Sete Fontes e do estudo prévio do Parque das Sete Fontes assente numa ampla discussão e participação pública. Concretizou-se mais uma etapa no processo aquisitivo de terrenos, nomeadamente mais seis mil e catorze metros quadrados, o que permitiu que, no final de dois mil e vinte e um, o Município detivesse a gestão de cerca de sessenta e cinco mil metros quadrados de área onde será integrado o futuro parque. No âmbito do processo de salvaguarda do Parque Arqueológico de Braga, em dois mil e vinte e um, procedeu-se: À assinatura do protocolo do projeto integrado de valorização, musealização e adequação à visita da Estação Arqueológica da Santa Marta das Cortiças; À finalização do projeto de musealização da Ínsula das Carvalheiras; À conclusão dos procedimentos tendentes à empreitada do Convento de São Francisco em Real. Ao nível da política patrimonial, foram, ainda, finalizados inúmeros procedimentos para classificação de imóveis de interesse municipal, nomeadamente: Mamoia de Lamas, Jardim de Santa Bárbara, Theatro Circo, Conjunto edificado do Palacete Júlio de Lima, Edifício número um da Praça da República, Domus da Escola Velha da Sé, entre outros. Na Cultura, o ano de dois mil e vinte e um, foi também um ano de concretizações relevantes para o nosso futuro coletivo. Nesta área,

merece um destaque especial a elaboração e aprovação da Estratégia Cultura vinte-trinta – um instrumento fundamental para a concretização da candidatura a Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete. Relembre-se que Braga é já um dos quatro finalistas e que o ano em curso será fundamental para se obter esta almejada conquista. Mas, independentemente do resultado dessa candidatura, Braga é já hoje uma cidade de Cultura e um Município com práticas que são uma referência no apoio à Cultura. Ao nível da Sustentabilidade e Ambiente, o município apresentou em dois mil e vinte e um o primeiro Relatório de Sustentabilidade. Trata-se de um novo documento que tem como objetivo divulgar à comunidade o desempenho do Município em mais de cem indicadores de execução ao longo dos últimos cinco anos. A este nível, o ano fica também marcado pela aquisição de trinta novos autocarros a gás para os TUB e pelo processo de arranque do projeto do BRT em Braga – um projeto de mobilidade verdadeiramente estruturante para o futuro sustentável da cidade. Foi, ainda, celebrado um protocolo de colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente e com o Governo que finalmente viabilizará a requalificação /renaturalização da área urbana associada ao rio Torto e à ribeira de Panóias - projeto que será cofinanciado por fundos comunitários. Na Educação, para além do apetrechamento de um conjunto alargado de escolas em termos de mobiliário, equipamentos e recursos humanos, nomeadamente ao nível de assistentes operacionais, o ano de dois mil e vinte e um é também o ano do lançamento do Portal da Educação, uma ferramenta que pretende ser o ponto de encontro da comunidade educativa do concelho, assumindo-se como uma montra do que se faz a nível municipal na área da educação. Merece também destaque o prolongamento da disponibilização gratuita aos alunos mais carenciados de dispositivos de acesso à internet. Ao nível da economia e turismo, o município

manteve uma estreita colaboração com um conjunto de parceiros estratégicos, que incluem as Universidades e Politécnicos, os Organismos do Estado com atribuições nesta área, as associações empresariais e a InvestBraga, entre outros, com o propósito de fomentar e potenciar o desenvolvimento económico do concelho. Tem sido esta estratégia de colaboração que tem criado condições para que Braga seja hoje um dos concelhos mais exportadores do país, assim como dos concelhos mais vibrantes e dinâmicos nos setores do comércio, turismo e serviços, o que tem contribuído para que, consecutivamente, seja criado mais e melhor emprego em Braga. O desempenho turístico da cidade não é fruto do acaso. O município tem desenvolvido uma forte aposta na promoção nacional e internacional do destino e concertado com os agentes do setor uma estratégia de desenvolvimento que tem gerado excelentes resultados. A distinção como Melhor Destino Europeu em dois mil e vinte e um, atribuído pelo “European Best Destination”, ou a elevação do Bom Jesus a Património Mundial da UNESCO são exemplos do reconhecimento internacional que a todos nos deve orgulhar e que constituíram e constituem excelentes alavancas para o desempenho do setor. A terceira posição nacional nas dimensões Negócios e Viver, no City Branding da Bloom Consulting, assim como a distinção da revista FDi Intelligence do prestigiado Financial Times, que considerou que Braga é a sétima cidade do futuro ao nível da estratégia de captação do investimento externo, mostram que estamos no caminho certo e fazem com que Braga seja um dos destinos cada vez mais procurado por viajantes e investidores de todo o mundo. Uma quinta nota para falar sobre o equilíbrio orçamental. Do ponto de vista do desempenho orçamental, este exercício à semelhança dos anteriores sob a responsabilidade do atual executivo, foi marcado pelo rigor, pela eficiência, pela ambição, pelo sentido de responsabilidade, pelo equilíbrio orçamental e capacidade de

concretização. A receita arrecada ascendeu a cento e dezoito vírgula quatro milhões de euros, o que representa uma taxa de execução de oitenta e cinco por cento face ao que estava orçado. Comparativamente a dois mil e vinte, a receita registou um acréscimo de oito vírgula cinco milhões de euros, ou seja, mais sete vírgula sete pontos percentuais. Esta variação resulta essencialmente de dois aspetos fundamentais: Em primeiro lugar, em resultado do processo de retoma da atividade económica encetado no ano dois mil e vinte e um e da grande dinâmica que se verificou no setor imobiliário, nomeadamente no aumento do número de transações de imóveis e de processos de licenciamentos imobiliários, que originou um aumento de três vírgula oito milhões de euros em IMT e de um vírgula três milhões de euros em taxas relacionados com processos de loteamento e obras. Em segundo lugar, decorre de um acréscimo de três vírgula seis milhões de euros das transferências correntes, em virtude de um aumento das transferências com origem no orçamento de estado em dois vírgula um milhões de euros e da administração local em um vírgula dois milhões (via CIM Cávado no âmbito do apoio aos transportes escolares). Já a despesa assumida totalizou cento e dezassete vírgula dois milhões de euros, que corresponde a uma taxa de execução de oitenta e quatro por cento face ao valor previsto em orçamento. Comparativamente a dois mil e vinte, a despesa paga registou um aumento de cerca de sete vírgula cinco milhões de euros, ou seja, mais seis vírgula nove pontos percentuais. Uma vez que a despesa de capital se manteve sensivelmente a mesma, a variação na despesa executada decorreu do aumento da despesa corrente, refletindo uma melhoria das condições salariais dos trabalhadores da Câmara e do reforço do número de trabalhadores na edilidade que implicou um aumento de três vírgula um milhões de euros em despesas com pessoal, a que se somou um aumento de dois milhões de euros em transferências correntes para

Instituições sem fins lucrativos, famílias e empresas municipais e um aumento de dois vírgula seis milhões de euros em aquisição de bens e serviços. Assim, o Município de Braga apresentou em dois mil e vinte e um um saldo global de três vírgula noventa e cinco milhões de euros, que reflete a diferença entre as receitas e despesas totais subtraídas dos ativos e passivos financeiros. Este saldo evidencia um superavit financeiro, ou seja, o equilíbrio das contas não assenta na obtenção de financiamento externo, mas antes na capacidade de autofinanciamento do Município. O equilíbrio das contas é atestado também pelo cumprimento das obrigações impostas pelo atual regime financeiro das autarquias locais, que determina que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Tendo em dois mil e vinte e um, o município alcançado um excedente neste indicador de doze vírgula nove milhões de euros. O município de Braga regista, também, uma poupança corrente do exercício no valor de dezoito vírgula sete milhões de euros (mais dois vírgula seis milhões de euros do que no ano anterior), totalmente aplicada no financiamento das despesas de capital, cumprindo-se, deste modo, o inalienável princípio do equilíbrio orçamental e equidade intergeracional. Uma última nota sobre a eficiência na gestão. Do ponto de vista económico, o exercício de dois mil e vinte e um revela, de igual modo, o enorme sentido de responsabilidade e capacidade de gestão do executivo, atentos aos seguintes indicadores que devem merecer a nossa atenção e até reconhecimento público: Aumento do ativo líquido em cerca de sete milhões de euros, cifrando-se nos seiscentos e sete milhões de euros; Diminuição do passivo em cinco milhões de euros, totalizando em dois mil e vinte e um cerca de sessenta milhões de euros; Aumento do património líquido do Município em cerca de onze vírgula nove milhões de euros, ascendendo a quinhentos e quarenta e sete

milhões de euros em dois mil e vinte e um; Um resultado líquido do exercício positivo de sete vírgula quatro milhões de euros, obtido num contexto adverso, e que beneficiou de um desempenho extraordinário da já aludida dinâmica imobiliária, que promoveu uma arrecadação de receita acima do esperado em sede de IMT e dos processos de loteamento e obras. Mas, como se costuma dizer, o sucesso dá trabalho. E, neste caso, a velocidade e a amplitude da retoma económica no concelho, acontece graças à capacidade de resiliência e de adaptação dos agentes económicos, como também do excelente trabalho promovido pela autarquia para minorar os impactos sociais e económicas da pandemia junto da comunidade. No final deste exercício, o Município tem, por isso, um ativo e um património mais valioso, tendo conseguido este desiderato ao mesmo tempo que diminuiu o passivo da autarquia e manteve um nível de receitas que cobrem, com uma prudente folga, a totalidade das despesas incorridas. Em suma, maximizar os recursos disponíveis, controlando os gastos, apostando na diferenciação, na criatividade e em bons projetos, tem sido a imagem de marca dos executivos liderados por Ricardo Rio e que tão bons resultados tem proporcionado. Uma estratégia que tem permitido ao Município de Braga afirmar-se pela diferença, ganhando projeção e afirmação internacional, ao mesmo tempo que melhora a qualidade de vida dos bracarenses e prepara o futuro. Uma palavra final de agradecimento aos colaboradores de todo o universo Municipal, porque o trabalho realizado resulta do empenho, dedicação, rigor e espírito de sacrifício demonstrado por toda a equipa de colaboradores”.
Interveio ainda o Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, opara dizer que: “Todos reconhecemos que as Juntas de Freguesia tiveram e têm um papel fundamental no desenvolvimento do concelho de Braga. Aliás, o atual Presidente da Câmara, Ricardo Rio reconheceu isso quando, em dois mil e treze,

assumiu a presidência do município, dizendo inclusive, que iria aumentar ainda mais a prestação das Juntas de Freguesia, iria dignificar ainda mais o seu papel. E disse uma outra coisa ainda que importa aqui voltar a dizer, que as obras não se repetiriam, as obras não seriam acumuladas e a gestão da sua execução e da sua delegação para as Juntas de Freguesia seria processada de forma harmoniosa, para que houvesse um equilíbrio entre as obras que eram delegadas e as obras que eram executadas. Naturalmente, depois, com a Lei setenta e cinco de dois mil e treze, realizaram-se os acordos de execução e, como já tive aqui ocasião de dizer, a Câmara Municipal, teve aí um papel que acho muito importante e, até direi exemplar, sob o ponto de vista do diálogo que foi estabelecido. Apareceram depois outras possibilidades desses acordos de execução contemplarem outras atividades, mas que efetivamente não tiveram luz los ao fundo do túnel e, portanto, acabaram por ficar pelo caminho. Entretanto, havia também um gabinete de apoio às freguesias, que era isso mesmo, dava apoio às freguesias, não só sob o ponto de vista da execução das obras, do acompanhamento e da fiscalização e até da execução de projetos, mas também do acompanhamento daquilo que é a atividade das freguesias. Porque os Presidentes das Juntas não têm propriamente adjuntos técnicos que efetivamente os ajudem naquelas tarefas a que estão obrigados sob o ponto de vista legal. O ex-vereador Firmino Marques até desenvolveu algumas atividades, nomeadamente de carácter legislativo, para informar e formar as Juntas de Freguesia, atualizando-os relativamente as leis que iam saindo, mas a partir daí, naturalmente, isto começou a definhar. E começou a definhar porque efetivamente o Gabinete de Apoio às Freguesias deixou de prestar o apoio e deixou de prestar o apoio na atualidade que o próprio desenvolvimento e os próprios encargos e as próprias competências que as Juntas iam adquirindo, foram naturalmente sendo maiores. E como disse

aqui uma vez, para passar ligeiramente à frente, o ex-vereador Firmino Marques acabou por implodir com o Gabinete de Apoio às Freguesias e até mais tarde, o Senhor Presidente da Câmara, disse que o próprio Gabinete de Apoio às Freguesias estaria subordinado à Direção Municipal de Obras, porque o reduziu exatamente a isso, a uma direção de obras. E o que assistimos no dia de hoje, apesar de ele ter sido reconstituído e o atual Presidente da Câmara ser também o Vereador das freguesias, porque o Presidente da Câmara é o primeiro Vereador, temos um gabinete de apoio às freguesias, que tem uma atuação que efetivamente, direi, é muito pouco. Não tem nada a ver com aquilo que são as exigências e os desafios. E vem aí um novo sistema de contabilidade. O SNC-AP, que vai obrigar a que efetivamente as Juntas de Freguesia passem a ter uma competência sob o ponto de vista fiscal contabilístico muito grande e de grande responsabilidade para as Juntas de Freguesia. E o que está aqui em questão é que é preciso que o Gabinete de Apoio às Freguesias dê dimensão e esta expectativa para que alguns dos problemas que hoje existem, sejam solucionados, porque as Juntas de Freguesia, ou não fazem procedimentos para os concursos, ou não fazem os contratos como deve ser, algumas, nem todas e, portanto, isto é um perigo enorme, sob o ponto de vista até pessoal e no interesse das próprias pessoas que estão à frente das Juntas de Freguesia. E o apelo que se faz não é só esse, é de criar efetivamente um gabinete de apoio às freguesias que vá de encontro a estas exigências e a estes desafios. Numa pesquisa que foi sendo feita, descobrimos que há algumas coisas que precisam de ser corrigidas e que, naturalmente, o Partido Socialista traz aqui, sob o ponto de vista pedagógico. Já nem falo sequer naquilo que é muitas vezes os contratos administrativos intermunicipais, de delegação de competências para obras, que beneficiou mais umas freguesias em detrimento de outras, não em detrimento, mas em esquecimento de outras, mas falo naquilo que

são algumas questões que têm que ser corrigidas, porque há obras que estão a ser realizadas em freguesias sem aprovação na Câmara ou na Assembleia Municipal. Há obras que não têm procedimentos. Há obras cujos trabalhos a mais excedem largamente aquilo que foi o preço inicial da obra e, portanto, temos que ter algum cuidado com aquilo que se está a fazer, porque depois, naturalmente, haverá sempre grandes prejuízos. Daqui o apelo que o Partido Socialista faz, porque após a leitura também do relatório de atividades onde efetivamente aquilo que foi o relato da atividade do Gabinete de Apoio às Freguesias, ele não está consentâneo com as exigências, com os desafios, com a descentralização de competências que está aí e, portanto, é preciso que efetivamente a Câmara, e este é o sentido pedagógico, tome medidas para que este gabinete de apoio seja reforçado, como aqui vieram dizer anteriormente, que foram reforçados os departamentos de obras, em termos de pessoal de engenharia, como é dito. Também foi reforçada a área do desporto, com mais cerca de quinze técnicos superiores para a área do desporto e, portanto, é importante que o Gabinete de Apoio às Freguesias seja um gabinete de apoio às freguesias e queremos efetivamente que tudo seja feito na legalidade, para evitar futuros problemas e constrangimentos. Termino esta minha intervenção, dizendo ao meu caro amigo Rui Marques, que quanto ao investimento feito nas freguesias, efetivamente ele diminuiu e diminuiu num ano em todos os municípios deste país e também no Município de Braga, há sempre um forte investimento. E não diminuiu porque se fez pouco, mas fez-se melhor. E dou-lhe como exemplo uma rotunda que existe em Gualtar, cujo diâmetro da rotunda deve ser de meia dúzia de centímetros. Dou-lhe tamanho exemplo de uma outra escola, requalificada há cinco anos, que já está a precisar. E, portanto, não é por aí. Não é por aí que há uma justificação para este desinvestimento. Por último, e porque também mereces que possa aqui também

dar uma chega, quando vieste aqui dizer que Braga é a sétima cidade do futuro, acho que foi esse o termo, conforme está dito pelo Financial Times, devo-te dizer que há bem poucos momentos, a própria União Europeia disse que em Portugal há três cidades que vão ter até dois mil e trinta, neutralidade carbónica e vão ser cidades inteligentes. E essas cidades são Lisboa, Porto e Guimarães. E Braga, que é a terceira cidade, que nos devia orgulhar e que queremos afirmar como terceira cidade, não aparece e isso é que é importante, porque o Financial Times não nos dá dinheiro para sermos uma cidade mais descarbonizada, com neutralidade carbónica e sermos uma cidade inteligente. Mas a União Europeia dá. Os Presidentes das Juntas têm, naturalmente uma relação diferente com a Câmara, mercê dos compromissos e acordos que fazem. E, como é normal, a sua votação é de acordo com o critério que a própria Junta encara, nomeadamente nas questões do relatório e da conta de gerência”. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para, a propósito, destacar: “Em primeiro lugar, dar aqui uma nota, de facto, de saudação aos serviços municipais, não só pelo trabalho desenvolvido de uma forma transversal em todo o processo de gestão do território que está refletido nestes documentos, mas de forma muito especial à equipa liderada pelo Dr. Sandro Louro, não só pelo trabalho realizado na concretização do próprio relatório e da prestação de contas que aqui foi, do ponto de vista formal, julgo, consensualmente elogiada, mas também pela disponibilidade para concretizar uma iniciativa que foi pioneira e seguramente se repetirá no futuro e de que todos os grupos que assim o entenderam puderam usufruir, que foi de prestarem os esclarecimentos diretos aos Deputados da Assembleia Municipal, como já tinham feito também com os Senhores Vereadores da Câmara Municipal, para que estes documentos possam ser, nessa perspetiva,

mais técnica, devidamente avaliados e reconhecidos também por todos os Senhores Deputados Municipais que não têm, obviamente, obrigação de serem especialistas em economia e finanças para poder fazer essa mesma avaliação. Dito isso também, dizer que a avaliação que aqui é feita não é apenas técnica, é uma avaliação política e uma avaliação que mede o desempenho, que mede os processos, que mede os projetos e que mede resultados. E aquilo que estes documentos atestam, de uma forma absolutamente inequívoca, é de que Braga hoje está, de facto, a cumprir um trilho de desenvolvimento, de qualificação e de correspondência daquilo que eram os propósitos e as propostas que este Município e este Executivo, de uma forma maioritária, sufragou paulatinamente em cada um dos atos eleitorais junto dos Bracarenses, para corresponder àqueles que eram os seus anseios, àquilo que eram as suas expectativas e àquilo que eram necessidades absolutamente inequívocas do Município de Braga, há quase uma década atrás. Todos identificamos inúmeras áreas que eram lacunas graves daquilo que era a capacidade de desenvolvimento do Município, face a outros concelhos de idêntica ou até de menor dimensão. Braga era um concelho praticamente inativo, do ponto de vista das políticas públicas de captação de investimento e de pró ativamente de apoio ao desenvolvimento económico do concelho. Era um concelho com uma política cultural absolutamente circunscrita e limitada. Era um concelho onde a sustentabilidade ambiental, manifestamente não estava nas primeiras linhas da prioridade de intervenção do município e caro João Nogueira, é verdade que não estamos nas cidades finalistas da neutralidade carbónica, mas também tínhamos um ponto de partida muito maior do que aquele que qualquer dessas cidades tinha para recuperar e, felizmente, também nessa matéria, pela primeira vez nos últimos dois anos, fomos reconhecidos pela ABAE como um dos concelhos que tinha melhor desempenho do ponto de vista das suas

políticas ambientais. Aliás, na última avaliação feita pela ABAE, como sabem, é uma entidade independente, Braga ficou em terceiro lugar nessa mesma avaliação, de entre as cidades portuguesas que receberam a bandeira verde. Do ponto de vista também do combate às alterações climáticas, por outra entidade independente, esta de cariz internacional, a Carbon Disclosure Project, Braga está já há dois anos consecutivos de entre o leque restrito de cerca de sessenta cidades que, a nível internacional, estão na vanguarda do combate também a essas alterações climáticas e foi-o fazendo, sem ter esses financiamentos e sem ter esses apoios, que agora algumas destas cidades poderão, obviamente, usufruir. Mas, voltando à questão estrutural, aquilo que me parece absolutamente inequívoco e que, aparentemente, os Bracarenses também concordam, é que Braga seguiu, de facto, um trilha muito positivo de desenvolvimento naquilo que eram as suas expectativas, naquilo que era a valorização do seu potencial e o reforço daquilo que todos procuramos, autarcas, responsáveis públicos, cidadãos de uma forma geral, que é de que os nossos territórios sejam territórios de qualidade de vida, de territórios em que possamos ter acesso a tudo, do ponto de vista das infraestruturas, do ponto de vista dos serviços públicos, do ponto de vista das nossas oportunidades de expressarmos o nosso potencial e ter nesse território essa capacidade. Um território competitivo como tem sido o concelho de Braga, e aqui não vou, obviamente, repetir muitos dos argumentos que já foram de forma brilhante apresentados pelo Carlos Neves, pelo Carlos Vaz, pelo Rui Marques e também pelo Pedro Borges Macedo, que suportam a maioria e que naturalmente têm uma visão da realidade, que não é apenas a da maioria. Acho que é importante também aqui assim, voltar ao início deste debate, deste ponto e a uma afirmação que julgo que foi feita pela Senhora Deputada Municipal da CDU, quando ela dizia que parece que olhamos para realidades diferentes. De facto,

quem ouve as intervenções nesta Assembleia, parece que existem várias realidades diferentes. Mas a realidade é só uma. A maneira como se olha para ela é que é efetivamente diferente e aquilo que não se nota é muito realismo da parte de algumas das intervenções que aqui foram feitas, por parte dos responsáveis da oposição. Até me custa, e pegando novamente nestas palavras que aqui foram produzidas, em particular pelo João Nogueira e também pelo Deputado Municipal anterior do Partido Socialista, verificar que em algumas circunstâncias, quase que se sente um incómodo perante o sucesso do concelho de Braga. É uma realidade que, no fundo, é politicamente aceitável, legítima, é uma estratégia como outra qualquer, mas confesso-lhes que, como cidadão, julgo que é daquelas coisas que até numa semana como esta, em que evocamos a liberdade e o vinte e cinco de Abril, defrauda as expectativas dos cidadãos e penaliza o funcionamento da democracia. Porque fazerem um discurso, como aquele que aqui foi feito, em que parece que tudo o que de positivo acontece no nosso concelho, é mérito do governo central, e tudo o que de negativo aqui acontece, é da responsabilidade da Câmara Municipal, é algo que é um discurso verdadeiramente esgotado e, ainda por cima, produzido por um jovem como aqui aconteceu, parece-me, de facto, uma espécie de retorno àquilo que é o discurso absolutamente esgotado, do ponto de vista político, daquilo que deve ser também a nossa postura perante os cidadãos. E é isso que, infelizmente, tem acontecido em muitos destes debates que temos tido nesta casa, é de olharmos para aquilo que tem sido um caminho reconhecida e quantitativa e qualitativamente positivo que o Município tem trilhado em praticamente todas as áreas da governação municipal, com os constrangimentos que tínhamos de partida, com as limitações económicas, financeiras que tínhamos também de partida e, em vez de valorizar esse progresso e, obviamente, invocar outras ambições, outras necessidades que

sempre existem e existirão no futuro, quando eu deixar de ser Presidente de Câmara de Braga, os meus sucessores terão ainda, seguramente, muito trabalho para fazer, e ainda bem que assim é, naturalmente que, em vez de se adotar essa perspetiva, se opta por esta maneira de olhar para o trabalho da autarquia, em que se desvaloriza as conquistas que vamos tendo, se desvaloriza o trabalho positivo que vai sendo realizado e se pretende, apenas, tentar criar uma espécie de nuvem sobre aquilo que são os dados muito positivos que o Município tem tido e eles foram já aqui amplamente invocados. Além de aquilo que temos feito do ponto de vista da competitividade económica, queria destacar aqui uma dimensão que foi particularmente importante durante os últimos dois anos e de que as próprias Juntas de Freguesia e vários outros agentes beneficiaram, que foi e é a responsabilidade social que está e sempre esteve na primeira linha das prioridades deste Executivo Municipal. Aquele mote, um bocado chavão, que hoje existe de não deixar ninguém para trás é, de facto, algo que temos trabalhado em todas as frentes, em todas as franjas da nossa população, para garantir o máximo apoio possível, seja do ponto de vista de matérias que até nem são da nossa responsabilidade, não indo ao exagero, permita-me o Senhor Deputado Municipal da Iniciativa Liberal, de assumir plenamente as responsabilidades que são do Estado Central, por exemplo, na área da saúde, mas suprimindo muitas das lacunas que existem do ponto de vista da governação em áreas que não são da competência direta das câmaras municipais, assumindo uma política de solidariedade intergeracional e até de responsabilidade intergeracional, costume dizer que este Executivo não vai deixar faturas para pagar, este Executivo está a assumir as responsabilidades que herdou, está a liquidar essas mesmas responsabilidades, a construir o futuro e a deixar uma Câmara Municipal que, também do ponto de vista económico e financeiro, será muito mais sólida do que

aquela que encontramos há oito anos atrás. E ao mesmo tempo, como dizia, trabalhando em todas as áreas, com todos os agentes da nossa sociedade, de forma a concretizar as políticas e as ações que consideramos necessárias em cada uma das áreas. E as Juntas de Freguesia, permitam-me também esta referência muito especial, têm sido um parceiro fundamental. Têm sido um parceiro fundamental pela solidariedade que têm tido com o Executivo Municipal, de compreenderem as nossas limitações e de poderem não ter aquela ambição desmedida em relação àquilo que são as concretizações no seu território, de serem também parceiros ativos na construção das respostas que damos aos munícipes. Aqui foi referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar, percebo que existam até insuficiências do ponto de vista financeiro, em algumas das responsabilidades, atendendo à realidade que hoje existe, mas também os próprios recursos das câmaras municipais, também não são inesgotáveis. E a verdade é que não há, nem está nada previsto no Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois, que agora foi aprovado na Assembleia da República, para reforçar os meios das Câmaras Municipais, para fazer face a esses encargos acrescidos. E a verdade é que também nós, Câmara Municipal, estamos confrontados com essa mesma responsabilidade e com todas as fontes de custo que aqui ele invocou como responsabilidade acrescida. Julgo que até o melhor elogio que aqui acabamos de ouvir, não foi de nenhuma das bancadas da maioria da coligação Juntos por Braga. Foi precisamente nesta última intervenção do João Nogueira, quando ele acabou dizendo que a verdade é que esta diminuição no investimento nas freguesias, foi em contraciclo com aquilo que normalmente acontece num ano como este. Dizia ele, e ele não o disse tudo, vou traduzir, que em dois mil e vinte e um, tivemos eleições autárquicas e que nem assim a Câmara Municipal seguiu uma política eleitoralista, que era comum nesta

*Câmara Municipal, de inchar os orçamentos na véspera de eleições, para enganar os autarcas e para enganar os cidadãos. E é assim que vamos continuar a trabalhar”. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com quarenta e dois votos a favor, com treze abstenções e com dezoito votos a favor. PONTO NÚMERO TRÊS – RELATÓRIOS ANUAIS DE CONTAS DE DOIS MIL E VINTE E UM DAS EMPRESAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO).** Para conhecimento da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, apresentam-se os Relatórios Anuais de Contas do ano de dois mil e vinte e um das Empresas Municipais: a)- Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.; b)- InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica, E.M.; c)- Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.; d)- TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.; e)- AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.. Os aludidos documentos dão-se por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para referir que: “Começo por elogiar, algo que foi inédito numa ação que antecedeu esta Assembleia, que foi a disponibilidade das empresas municipais poderem expor, a quem quisesse estar presente, nomeadamente aos líderes dos grupos municipais, o relatório das empresas. E por uma questão de responsabilidade e também de merecimento, por quem também se disponibilizou a trocar com os partidos com assento na Assembleia Municipal um debate que, naturalmente, melhor esclarecesse os vários pontos, não deixo de trazer aqui esse ato, que merece da minha parte e do Partido Socialista, um elogio, porque a transparência a que a todos obriga, deve também ter naturalmente os seus próprios atos. E, portanto, quero agradecer*

aqui, naturalmente, às várias empresas municipais, à disponibilidade e também ao Dr. Sandro, que na sua exposição, que considero honesta e séria, permitiu que pudéssemos aquilatar melhor aquilo que é o relatório não só da Câmara, como também das empresas municipais. E começaria por dizer que, de uma forma geral, as empresas municipais tiveram ainda o efeito da pandemia sobre a sua atividade, excetuando possivelmente a questão da Agere. Todas elas, puderam sobreviver a um défice na receita, graças também ao apoio que naturalmente o Município lhes deu. Portanto, isso está retratado também nos seus documentos. Também dizer que todas elas tiveram resultados positivos, com exceção da BragaHabit. Também dizer que nessa exposição feita na quarta e quinta feira da semana passada, só esteve o Partido Socialista no primeiro dia e no segundo dia só esteve o Partido Socialista, o Partido Liberal, o Aliança. Bem, me parecia que era o Aliança, mas como a minha visão não me permite identifica-lo, mas vi pela forma como interveio aqui, desconfiei logo que era do Aliança. O discurso é muito parecido. Antigamente havia um partido que tinha cassetes. Já abandonaram as cassetes, agora você deve ter, se calhar, umas pens. Para dizer que efetivamente a pandemia teve o efeito sobre as empresas, com a diminuição de receitas, com a diminuição da sua atividade e com reflexos, naturalmente, naquilo que foi a sua prestação. Só a Bragahabit é que teve um prejuízo que não é de grande monta e, portanto, não é por aí que vem mal ao mundo. Para dizer que da análise rápida de cada uma dessas empresas, dizer que no contrato de concessão dos Transportes Urbanos, que discutimos em dois mil e dezanove, estava previsto que a partir de dois mil e vinte e quatro, os Transportes Urbanos iriam adquirir, depois de ter adquirido alguns autocarros elétricos e autocarros a gás, iriam renovar a frota com carros movidos a combustíveis fósseis. E graças ao Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente, do Governo e do programa POSEUR, para

o setor, vai ser possível que já não sejam adquiridos esses trinta, esses autocarros movidos a combustíveis fósseis, mas vai haver exatamente trinta autocarros elétricos, já com grande autonomia, onde o programa ambiental, o fundo ambiental e o POSEUR vão naturalmente financiar com cinquenta por cento e, portanto, está a ver Senhor presidente, o Governo efetivamente tem dado uma mão significativa. O mesmo aconteceu também no Theatro Circo. No Theatro Circo também houve um financiamento, naquilo que foram as contas que apresentou, aparece também lá um financiamento de um milhão e quatrocentos mil euros com origem também no sítio onde sabemos que vêm as ajudas. Isto para dizer que olhando para aquilo que é a ação da InvestBraga, que também teve alguns problemas, podemos dizer que a atratividade e a capacidade de investimento no concelho de Braga, depende muito também dos condicionalismos e depende também muito da forma como o Governo pode captar esses investimentos no exterior. Portanto, o Município de Braga fará o seu papel, como farão outros municípios que conseguem atrair, dando as suas prestações para ajudar esse investimento. Mas a grande atratividade merece e sabemos todos que vem através do governo central. Passando novamente aos Transportes Urbanos de Braga, duas questões que me parecem importantes aqui trazer. Por um lado, o BRT. O BRT foi muito explorado nessa exposição e, naturalmente, poderá ser um bom investimento, mas as expectativas não são assim tão fortes ou tão positivas. A dificuldade de poder inscrever as duas ou três redes de transporte que ele poderá ter naquilo que é o panorama mais urbano da cidade, naquilo que é a planta da cidade, é muito complexo, porque a cidade está estabilizada há muitos anos e a questão até das próprias paragens, que são estações, é muito difícil. O BRT será e todos pugnamos por isso, com a ajuda da administração central, mais uma vez, queremos todos que seja um sucesso, mas temos todos que pensar que não será

muito viável a sua implantação. Será muito difícil. Por outro lado, e numa outra questão que foi abordada e que mereceu também alguma exposição, a questão do estacionamento e do aproveitamento. Os Transportes Urbanos recolheram um milhão e duzentos mil euros, fizeram seiscentas mil fiscalizações e têm cinquenta mil processos em contencioso para cobrar, o que quer dizer que efetivamente há uma receita que no futuro poderá, com outra gestão deste município, derivar possivelmente para um outro tipo de concessões, como sejam, talvez, o transporte gratuito para todos os Bracarenses. Dizer ainda que me parece importante, que efetivamente os Transportes Urbanos têm feito um esforço significativo, nomeadamente ao nível das obras. E há uma obra que aqui não posso deixar de frisar que tem a ver com uma parte do edifício que vai ser partilhado pela Agere. Não me parece justo que, sendo os transportes urbanos uma empresa municipal, sempre com dificuldades financeiras e que presta um serviço social de grande importância, vá suportar as despesas da construção de um espaço para que a varredura da Agere tenha um espaço com cerca de duzentos e cinquenta metros quadrados. Não parece sobretudo justo, porque depois, a repartição do lucro deriva por terem um espaço daqueles concessionado, também aproveitam os particulares. Não é que tenha nada contra os particulares, mas a verdade é que quando há particulares metidos no negócio, temos que perceber que os investimentos que fazemos por outra entidade devem, se calhar, ser um bocado mais bem investigados. Passando a uma outra empresa que me parece também importante, a BragaHabit, dizer que efetivamente foi das que mais sofreu com estes impactos, está agora a tentar ressurgir e tem em mãos uma grande obra que é, naturalmente, a recuperação dos bairros sociais. É pena que, entretanto, o que estava previsto para o bairro social de Santa Tecla, que era a demolição de um prédio para dar origem a uma via que atravessasse aquele bairro social, fosse

dissuasor de alguma marginalidade ou de certa marginalidade que lá há, evitando dessa forma que tal acontecesse. O que se sabe agora é que existe alguma confusão relativamente à demolição de alguns blocos, mas para a construção não de um espaço verde, como estava previsto, mas sim para ser construído um outro bloco. E depois uma questão que também me parece importante e que tem a ver com o regulamento que foi há pouco tempo aqui aprovado e que vai ter que ser novamente revisto, e vai ser revisto, sobretudo por várias razões, para atualizar aquilo que já devia estar atualizado. De qualquer forma, os apoios ao arrendamento têm um problema que é preciso resolver. A renda padrão vai começar a ser estabelecida anualmente pela administração. Ora, e o que é que acontece neste momento? A renda padrão está muito abaixo daquilo que são as rendas praticadas na cidade e os subsídios são muito pequenos relativamente àquilo que é o esforço de uma família que financeiramente esteja com alguns problemas. A média é de cerca de sessenta euros e reparem, quiseram dar a todos e deram pouco. Mas não deram tudo, porque reparem, a Câmara que é quem suporta o regime de apoio ao arrendamento, o célebre RADA, disponibilizou para este ano, que no passado eram seiscentos mil euros, oitocentos mil euros e a BragaHabit só despendeu para o efeito seiscentos e vinte mil euros. Ou seja, aqueles sessenta euros que couberam a cada um dos beneficiários do RADA, poderia ser de oitenta euros, o que seria mais significativo, porque ficaram cento e oitenta mil euros por atribuir, quando atribuíram uma coisa muito pequena, relativamente às necessidades. Uma outra questão que me parece de grande importância é a questão do Picoto. A estratégia, pelos vistos, até aqui, era de que quando vagasse alguma casa, emparedar. Dizem que vai ser construído um edifício com quarenta e nove fogos, não se sabe ainda a localização, mas é preciso ter muito cuidado para gerir estes conflitos, que são

sempre muito preocupantes. Por outro lado, há uma preocupação no bairro social das Enguardas e que tem a ver com o facto de numa zona verde ser construído um bloco. E, portanto, são estas as questões. Ao administrador que agora iniciou as suas funções, desejo os maiores sucessos, porque as questões da habitação são efetivamente questões maiores e de grande preocupação. Passando para o Teatro Circo, onde o ano de dois mil e vinte e um é o ano também de recuperação, agora, com a administração do GNRation, nota-se, no entender do relatório, naquilo que nos foi dito, que existe um assumir daquilo que era a sua ação, sob o ponto de cultural e centramo-nos muito naquilo que eram as expetativas de Braga, Capital Europeia da Cultura, onde se dissecou tudo aquilo que naturalmente foi feito com os prazos, com o que está a ser feito, nomeadamente com os inquéritos, com as visitas que vão ser feitos e, portanto, desejamos naturalmente tudo de bom para que Braga possa ser capital da Cultura. Não será fácil. Existe um handicap grande que queremos ver suplantado, que é o facto de a última Capital Europeia da Cultura ter sido Guimarães. Mas espero que isso não seja impeditivo, para que Braga seja capital de cultura, porque isso é importante, direi, é imprescindível para Braga, o que leva a questionar também a administração, e não depende dela, a questão do São Geraldo. É uma obra que está parada. Continua a ser despendido muito dinheiro pelo seu aluguer e é uma obra que também é muito importante, sobretudo para as Medea Arts e, portanto, seria muito importante que esta obra avançasse. Continuando agora e passando para a Agere, dizer que respira saúde, não tem despesas de saúde financeira, não tem os problemas que as outras empresas municipais tiveram. A análise que se fez na Agere teve muito a ver com a construção da futura da futura ETAR, para servir, sobretudo, a parte sul do concelho de Braga. Debruçamo-nos, também, sobre a questão daquilo que é a complexidade e também o não avançar do contrato de gestão delegada, que

depois implica nas questões da varredura, que depois implica noutras situações e também discutimos muito a questão da contemporização, que é um processo que ainda não está completamente resolvido e que é preciso afinar, aperfeiçoar. Até acho que relativamente à Agere, e segundo aquilo que foi dito, porque o Presidente do Conselho de Administração, o Dr. Rui Morais, disse que a partir de dois mil e treze, a gestão da Agere passou a ser pública, o que quer dizer que, possivelmente, antes era privada, e foi dito ao Dr. Rui Morais, diga lá quanto é que custa a privatização da Agere? Agere neste momento custará entre sessenta a setenta milhões de euros. Os privados têm metade, trinta milhões. Deduzo agora, nem que custe o dobro, setenta milhões, com o lucro que a Agere deu este ano, que foi de sete milhões, depois de deduzidos os impostos, já que os lucros foram de oito milhões e tal, o que é que isto quer dizer? Que mesmo que se tenha que custear para com os privados o dobro daquilo que é o valor do património que lhe diz respeito, quarenta e nove por cento, em dez anos, a pagar setenta milhões de euros, basta aos lucros de cada ano para assim fazer. E, portanto, dizer que é possível e até percebi que, no entender do Dr. Rui Morais, é possível municipalizar a Agere. E, portanto, quando o Partido Socialista falou nesta possibilidade, era uma possibilidade que tinha pernas. Não, não tinha pernas para andar, tinha água para correr. Por último, uma questão que é de natureza política igual àquela da arrecadação que os Transportes Urbanos vão fazer para a varredura nas suas instalações, é o facto de há cerca de quatro anos, ter-se vindo a ser constituída uma reserva de um milhão de euros por ano, mais ou menos, destinado a custear o esforço na construção da ETAR. Esse milhão de euros poderia ser, no entender dos responsáveis, remetido para diminuir a fatura dos consumidores. Só que esse dinheiro está a constituir uma reserva para a construção da futura ETAR. E não estaria mal ou não estaria muito mal, caso a

Agere fosse cem por cento pública. A questão é que quando estão a ser retirada a possibilidade de os Bracarenses virem diminuídos o seu esforço em cerca de dois e meio por cento, um milhão euros por ano, a verdade é que quando se investir esses quatro milhões e os outros milhões que se seguirão na ETAR, também estamos a dar em património metade desse dinheiro aos privados. E não sei se isso será muito moral. Não sei se é muito justo que, quando, no entender dos próprios responsáveis, a fatura poderia baixar um milhão de euros por ano, para os consumidores, ela mais tarde seja aplicada e depois seja valorizado o património, sendo que depois cinquenta por cento disso é dos privados. É uma questão que coloco aqui e que me parece muito importante. Termino, agradecendo, em primeiro lugar, aos Presidente da Junta Independentes, que me deram este tempo e à vossa paciência e à paciência dos que estavam em casa para me ouvir”. Usou, depois, da palavra o Sr. Deputado do Aliança, JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA, para, a propósito, dizer que: As empresas municipais de Braga, já nos habituaram a desempenhos positivos. Numa altura em que os portugueses têm uma das mais elevadas cargas fiscais na Europa, têm dos combustíveis mais caros do mundo, e a inflação a crescer, é boa notícia os munícipes de Braga terem a fatura da água e saneamento mais baixa de Portugal. A Agere e o Município de Braga, num contexto de degradação do poder de compra das famílias e com o aumento brutal nos custos de energia e dos combustíveis que afetam de sobremaneira a gestão da empresa, respondem com eficiência na gestão e mantêm o tarifário anterior. Numa altura em que a transição climática é uma emergência, a TUB continua a investir num serviço melhor e mais próximo dos utentes, reforçando o investimento na renovação da frota, que tem atualmente menos 4 anos do que em dois mil e treze, conta com treze viaturas elétricas e vinte e cinco viaturas a gás natural e a empresa anunciou recentemente mais trinta

viaturas elétricas, num investimento próximo dos vinte e nove milhões de euros. A par de um conjunto de serviços que facilita a aquisição de títulos, disponibiliza o serviço de transporte gratuito School Bus com impacto muito positivo para as famílias com crianças em idade escolar. Em Portugal, mostram os números do FMI, revelados no final de dois mil e vinte e um, que o empobrecimento dos Portugueses foi um dos mais adversos da história moderna. É natural que a atividade da Bragahabit seja cada vez mais exigente, e que continue a apoiar os que mais precisam. A InvestBraga tem sido transformadora para o concelho e se avaliarmos o impacto dos eventos que atrai, afirma-se a opção aos grandes centros de Lisboa e Porto e percebemos a importância estrutural do Altice Forum Braga. A Startup Braga teve um ano verdadeiramente excepcional, com aproximadamente trezentos e cinquenta milhões de investimento, levantados por startups incubadas nesta infraestrutura. Aqui tivemos a intervenção de um jovem do Partido Socialista e do Sr. Deputado João Nogueira, duas gerações a quem deixava uma pergunta para quem os acompanhava ali e em casa, estas Startups e a empresa de inteligência artificial falada ali hoje, as biotecnologias, todas estas questões, estamos a falar das trinta profissões do futuro, como classificaríamos a gestão do Executivo no ano de dois mil e onze que foi comparado neste exercício? Eu diria e a resposta mais certa, estaria no século passado. Por isso, o Centro da Juventude transformado numa Pousada inovadora e tecnológica que ajuda na atração e fixação de jovens, desenvolvendo um ecossistema inovador global. O Teatro Circo, braço armado para a cultura e para a arte em Braga, atua numa área que sofreu fortemente os impactos da pandemia e mesmo assim consegue resultados positivos. São desempenhos que merecem da parte do Partido Aliança uma nota muito positiva e especialmente para os trabalhadores destas empresas, gostaria de deixar uma palavra de gratidão e reconhecimento, pela dedicação à

causa pública e mesmo quando a maioria de nós estava em segurança, nas nossas casas, estes trabalhadores continuaram a zelar pelo nosso concelho e a garantir que tudo funcionava nas perfeitas condições”. A palavra foi dada ao Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA, para inicialmente se dirigir ao Sr. Deputado João Nogueira, referindo que ouviu atentamente as suas intervenções e caladinho, embora não concordasse com elas em setenta por cento, mas isso era outra questão. Passou depois a revelar que: “Os relatórios das empresas municipais que foram submetidas hoje a esta assembleia pelo executivo municipal, para apreciação por parte dos senhores deputados, representam, antes de mais, um exercício de transparência, de responsabilidade – a chamada em gestão pública accountability – que urge realçar. É assim possível apreciar o estado atual das empresas municipais, cobertas pela apreciação independente de Revisores Oficiais de Contas, que dão os seus pareceres de maneira independente, com visão técnica, submetidos apenas à legislação vigente e cobertos pela lei que lhes exige essa responsabilidade pelo conteúdo do que escrevem e sem terem a batuta de quem quer que seja. Sendo estes relatórios, respeitantes ao ano dois mil e vinte e um, também representam o espelho atual das empresas municipais ao fim de oito anos da atual gestão municipal, onde é possível determinar as transformações e as modificações que as mesmas tiveram. Assim, assistiu-se a empresas municipais com gestão altamente profissionalizada, onde a confiança política não foi o único vetor de escolha e os resultados estão à vista de todos. Era importante desde dois mil e treze uma intervenção maior das empresas municipais na vida dos habitantes em Braga. Nos TUB, essa intervenção iniciou, logo com uma aumento considerável do número de passageiros e de linhas, como aconteceu também com o Theatro Circo com o número de exponencial de espetadores, tendo a cidade entrado nesta impar sala

de espetáculos para ficar, com o aumento de clientes da AGERE, com o aumento do número de apoios da BRAGAHABIT, através do reforço considerável das suas medidas sociais ou com a dimensão económica que a INVESTBRAGA trouxe à cidade, sendo um instrumento económico fundamental para atração do investimento no concelho, da qualidade do aumento dos postos de trabalho, bem com o aumento do número de exposições, feiras espetáculos, congressos, conferências, local privilegiado de reunião de empresas, entidades e pessoas. Foi também necessário revitalizar os recursos humanos, dar-lhes condições, importância, instrumentos para poderem realizar o seu trabalho, como aconteceu na AGERE com o acordo de empresa, tentado muitas vezes em anteriores gestões da empresa e nunca conseguido e com elogios por parte dos sindicatos. Igual atenção teve a equipa da BRAGAHABIT com o regulamento de carreiras, a avaliação de desempenho e a maior estabilização da relação laboral, conseguida também nos TUB e no THEATRO CIRCO, tendo conseguido esta empresa, das mais afetadas no período pandémico, ter dado apoio aos seus colaboradores e ter mantido os seus postos de trabalho. A INVESTBRAGA, incorporou novos funcionários, tecnicamente muito bem qualificados, como se pode comprovar com o sucesso que tem tido nas suas realizações. Foi necessário também aumentar a qualidade dos serviços às populações, como fez a BRAGAHABIT com as intervenções nos bairros sociais, com a candidatura ao Primeiro Direito, que permitirá recuperar também o seu parque habitacional e a construção de mais quarenta casas. Aliás, o aumento da quantidade e qualidade do apoio social desta empresa bem patente no aumento do fornecimento das refeições escolares, mesmo em período de pandemia, onde nunca nenhuma criança deixou de se alimentar devidamente ou, por exemplo, no aumento do apoio do Regime Apoio Direto ao Arrendamento, do subarrendamento ou das residências partilhadas. Aliás, o novo

Regulamento deste importante programa de apoio à habitação, que visa aumentar consideravelmente o leque de pessoas a apoiar nestes tempos de crise, será objeto de decisão da próxima assembleia municipal. A substituição do deficiente sistema de recolha de lixo, assente em sacos de plástico por parte da AGERE, por um sistema moderno, eficiente, que assenta em contentores a cobrir todo o concelho e relativamente ao qual, após o necessário período de adaptação e acerto como aconteceu em outros lugares no mundo, é hoje um exemplo em Portugal. A AGERE é hoje uma empresa reconhecida pela sua competente gestão e pela qualidade dos serviços que presta à população, como o comprova a distinção, feita pelo terceiro ano consecutivo, pelo anuário financeiro dos municípios portugueses, como a melhor empresa pública do setor empresarial local ou o selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano atribuído pela entidade reguladora ERSAR. O aumento considerável dos espetadores do Theatro Circo, a sua diversidade, a gestão das atividades no GNRATION, MEDIA ARTES ou, a joia da coroa, a estratégia cultura de Braga dois mil e vinte – dois mil e trinta, de onde se insere a nossa candidatura a Capital da Cultura Europeia que segue para a sua etapa final, representam um percurso de sucesso em todos estes anos. Já agora gostaria de esclarecer aqui o meu colga e amigo João Nogueira, que relativamente ao São Geraldo, o projeto de arquitetura está pronto e até iniciaram há pouco tempo as sondagens da estrutura com vista aos projetos da especialidade. Portanto, é algo que já está iniciado e com certeza vai ter bom porto. Aliás, não posso deixar de realçar uma referência especial para a candidatura à capital europeia da cultura, que resultou de uma visão e de um sentido de estado de Ricardo Rio, o único e responsável pela candidatura e que a ser vencedora, segundo todos esperamos, sê-lo-á num período em que já não exercerá funções como Presidente da Câmara. E o que dizer da intervenção nos

diversos bairros sociais, anteriormente degradados e na intervenção energética no bairro das andorinhas que irá diretamente beneficiar centenas de pessoas e melhorar a sua qualidade de vida? A reestruturação do hoje ALTICE FORUM, que só se assemelha ao anterior equipamento pelo facto de ser localizado no mesmo lugar e gerido pela INVESTBRAGA foi outro instrumento fundamental para a diversidade e apoio ao investimento económico, industrial, de serviços e de comércio da cidade, altamente potenciadora do seu crescimento e qualidade de vida da população. Até é um pouco estranho, que a oposição nesta apreciação dos relatórios, não tenha falado da alta competência que teve o Centro de Vacinação de Braga, competência essa alicerçada nos profissionais de saúde, teve pela organização que a Câmara lhe deu um grande desempenho, que foi reconhecido, aliás, a nível nacional, até pelo comandante, que é hoje Chefe do Estado-Maior da Marinha, Gouveia e Melo, que disse, efetivamente, que o Centro de Vacinação de Braga era um dos melhores do país. O aumento das competências dos TUB, nomeadamente, na gestão do estacionamento, tem contribuído para uma melhoria dos tempos de paragem e com sentido de equilíbrio. Aliás este ano todos os jovens que estudem até ao décimo segundo ano, bem como os antigos combatentes, têm transporte gratuito para qualquer local do concelho, e os reformados já têm a sua tarifa reduzida a setenta e cinco por cento. Os transportes nunca são gratuitos, é preciso sempre quem os pague. Portanto, quando os transportes são gratuitos, ou quando há benefícios para o seu pagamento, há sempre os impostos dos Bracarenses ou dos Portugueses que alicerçam essa gratuidade. Desse o governo a Braga o mesmo apoio que dá ao Porto ou a Lisboa, onde os valores per capita são consideravelmente superiores e os benefícios dos passageiros dos TUB ainda poderiam ser maiores. A renovação da frota dos TUB, com a aquisição de veículos amigos do ambiente, com um

aumento grande da redução da poluição, sem afetar o seu equilíbrio financeiro, é outra realidade da qual os bracarenses já se aperceberam, como igual competência existe por parte da AGERE na aquisição de vários veículos e equipamentos de limpeza urbana e da futura construção da ETAR de Este, obra orçado em trinta milhões de euros, sendo apenas de nove milhões a comparticipação comunitária. É um pouco estranha a crítica que fez agora o colega e amigo João Nogueira, porque a estrutura societária da Agere depende fundamentalmente da responsabilidade do partido Socialista que a propôs, implementou e a prosseguiu. Portanto, não conseguimos compreender como é que agora entende que façam um investimento que vai beneficiar os privados. Algo contraproducente, quando o próprio PS foi responsável pela própria estrutura societária da empresa. Todo este trabalho das empresas municipais, bem como muito mais explanado em cada relatório, permite confirmar os respetivos ratios de liquidez que concluem que os seus ativos são mais do que suficientes para fazer face aos seus compromissos a curto prazo, sendo a sua autonomia financeira superior a cinquenta por cento, o que revela uma estrutura de capitais equilibrada. Aliás há uma preocupação constante em todas as empresas municipais em ter a maior transparência na sua atividade e nos apoios aos bracarenses, como se comprova pela imensa utilização das redes sociais e em sites com a mais variada informação e com a feitura de vários regulamentos, todos aprovados em assembleia municipal que regulam toda a concessão de candidaturas, apoios, resultados, etc.. Braga é hoje uma cidade atrativa, alegre, criativa, dinâmica, onde o conjunto dos políticos municipais, mais do que cada uma considerada isoladamente, contribuem para a excelente imagem que tem pelo mundo fora e para o qual as nossas empresas municipais têm um papel muito determinante. Os últimos censos demonstraram isso mesmo. A capacidade

atrativa de Braga, em contraciclo ao que se passava no resto do país. Há ainda muito a fazer? Certamente. E por isso mesmo é que trabalhar por Braga, com a excelente competência com que o fazem as empresas municipais, vale a pena!". Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO, para referir que: "Após uma análise atenta aos relatórios de atividades e contas do ano de dois mil e vinte e um das Empresas Municipais, cabe-me referir o seguinte: Quanto à Bragahabit, ficamos a saber que foram apoiadas mil duzentas e trinta Famílias, sendo que quinhentas e onze em Habitação Social, cento e sessenta em subarrendamento e quinhentos e cinquenta e nove pelo Regime de Apoio Direto ao Arrendamento, Vulgo RADA! Também foram apoiados trinta e seis indivíduos em regime de residência partilhada! Quanto ao RADA, devemos também realçar a preocupação do Município e da Bragahabit sobre as famílias que não registam melhorias nos seus rendimentos familiares por se tratarem de pensionistas ou de beneficiários de poucas pensões de invalidez e com uma reduzidíssima possibilidade de terem uma melhor perspetiva de futuro! Essa preocupação consta no novo regulamento aprovado no início deste ano! O alargamento da atividade no que concerne à Direcção de apoios Sócio educativos, originou um aumento significativo do número de recursos humanos contratados e de refeições encomendadas! No relatório e contas do terceiro trimestre, existia o legítimo apelo da BragaHabit para que o sistema de pagamento das Refeições e apoio a atividades não letivas fosse baseado nas necessidades mínimas por cada escola tendo em conta as suas especificidades! Julgo que o executivo deve ser sensível a esse apelo para futuro! Destaca-se também nesse relatório, e pela positiva, a conclusão das obras no Bairro das Enguardas e a aprovação da candidatura da Bragahabit ao programa primeiro Direito com um investimento de mais de dezassete milhões de euros

sendo cerca de nove Milhões de participação financeira não reembolsável, seis milhões de euros de empréstimo bonificado e um vírgula oito milhões de investimentos Bragahabit! Sobre o Teatro Circo, podemos referir que o relatório espelha a realidade da evolução da pandemia: Existiu um maior número de espetáculos presenciais, no entanto, não se refletiu num maior número de espectadores! Essa diminuição foi notória nos espectadores de Teatro e de Dança já que nos espectadores de concertos musicais existiu um aumento de doze por cento de espectadores! Atrevo-me a referir que certamente a existência de um público mais velho a assistir ao Teatro e à Música que poderá justificar um maior receio por parte desse público em marcar presença! A InvestBraga, não foi exceção e também sentiu os impactos da pandemia! A suspensão da Feira semanal, o adiamento de espetáculos, Feiras e Congressos não ajudaram a Empresa Municipal, mas a candidatura à linha de apoio APOIAR foi decisiva para que os resultados da Investbraga fossem positivos! A Agere foi a empresa Municipal que menos sofreu com a Pandemia! No abastecimento de água e saneamento e resíduos urbanos, a Agere angariou mais clientes! A Execução Orçamental maximizou a eficiência e a rentabilidade nos serviços prestados por forma a respeitar o equilíbrio entre rendimentos e gastos! O Volume de negócios foi ampliado para trinta e um vírgula nove milhões de euros o que significa um aumento de cinco vírgula cinquenta e cinco por cento em relação ao ano transato! Quanto aos resultados líquidos, a Agere passou de seis vírgula sete para seis vírgula nove milhões de euros pelo que se cifrou num aumento de três vírgula noventa e quatro por cento! Estes dados permitem afirmar que a robustez da Agere é inquestionável! A nível de investimento destaca-se o abastecimento de água com quase dois vírgula seis milhões de euros, gastos principalmente na requalificação da estação de tratamento de água da Ponte do Bico! Realça-se

também a aposta na Telemetria dos contadores, da renovação de condutas ou reservatórios mais antigos e saneamento de águas residuais! Destaca-se também o gasto de um vírgula um milhões euros no Saneamento de águas residuais, principalmente com melhorias na ETAR de Frossos! É também de grande relevância os gastos na recolha urbana e ambiente urbano principalmente na aquisição de varredoras! São estes resultados que nos permitem ter confiança que o objetivo da construção de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da bacia do Este e respetivo emissário, investimento esse orçado em cerca de trinta milhões de euros, será uma realidade até dois mil e vinte e três! O futuro apresenta-se sorridente para a Agere pelo que consideramos que a empresa deve continuar a apostar mais no desenvolvimento de novas soluções, utilizando a IOT (Internet das coisas) por forma a poder monitorizar cada vez mais e melhor a rentabilização dos serviços e a diminuição dos desperdícios! A nível dos Transportes Urbanos de Braga, constata-se que existiu uma recuperação de passageiros em relação ao ano transato, mas ainda aquém dos valores anteriores à Pandemia, o que é natural! A nível de volume de negócios os resultados são inequívocos que a empresa está no bom caminho! Nos TUB, a redução de emissões de gases, também faz parte da descarbonização e, portanto, o Sr. Deputado João Nogueira, quando diz que tem que ser ou a compra dos elétricos vai funcionar, devo-lhe dizer que acho e considero e tenho a certeza do que estou a dizer é preferível ter dois tipos de combustíveis, gás natural e elétrico e esqueceu-se dos de gás natural, sendo que os de gás natural são mais baratos, conseguem reduzir imediatamente vinte por cento das emissões de gases para a atmosfera, e mais, consegue, se calhar, comprar mais autocarros, com menos custo e, portanto, consegue abater mais rapidamente a frota dos a gasóleo. Imagine se aparece um apagão, tendo uma frota toda elétrica? Como é que

resolve o problema?” Por fim interveio a **Sr^a. Deputada do B.E., SANDRA CRISTINA ANDRADE CARVALHO**, para fazer um ponto de ordem sobre a condução dos trabalhos. Percebia que todos os partidos que tinham tempo para intervir, era legítimo que quisessem intervir e que o fizessem, mas era uma hora da manhã e não cria que fosse muito correto, nem muito democrático, considerarem que àquela hora estariam com a profundidade devida a abordar os vários temas, sendo que ainda iam no ponto três e, voltava a repetir, era uma hora da manhã. Cada um tinha a sua vida, era legítimo que a tivessem, mas havia uma altura a partir da qual aquilo não era razoável e, muito francamente, não era democrático. Todos tinham um mandato pelo qual ali estavam. Havia um escrutínio que deviam fazer. Não era possível acharem que iriam ficar ali até às quatro ou cinco horas. Pedia desculpa, mas achava que tinha que haver alguma gestão mais lógica, por parte de todos, para a gestão dos tempos. Há uma altura a partir da qual isso não fazia sentido. **PONTO NÚMERO QUATRO – PROPOSTA DE SEGUNDA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA DOIS MIL E VINTE E DOIS**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo, aprovada na reunião de catorze de abril do ano em curso, relativa à segunda Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) do Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e dois, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para inicialmente se dirigir ao Sr. Deputado João Nogueira e dizer que a razão ninguém lha dava. Razão era um instrumento que

aprendeu a utilizar e, portanto, utilizava e quem utilizava a sua própria razão avaliava a sua. Mas ninguém lhe dava a razão. A Razão era sua e era o seu instrumento. Relativamente àquela segunda alteração, falava-se no orçamento da despesa, no reforço das Grandes Opções do Plano, do projeto de requalificação do túnel rodoviário da Avenida António de Macedo, Avenida da Liberdade, um milhão cento e vinte e quatro mil seiscentos e quarenta e oito euros. Solicitava ao Senhor Presidente da Câmara, que explicasse se essa requalificação colidia em algum ponto com uma obra que estava a ser efetuada no topo nascente do Campo da Vinha, concretamente na Alameda Dom António Ribeiro que, curiosamente, foi fechada aos munícipes na totalidade, nem sequer houve o cuidado de afixar de um lado a outro da rua o que estava a ser feito. Era o mínimo que se podia fazer. Mas face a um imenso buracão que lá fizeram, questionei e foi-lhe dito que o empreendimento que lá estava a ser feito, confessava que não sabia o que era, sabia que era medonho para aquele espaço, que iria ter acesso para estacionamento a partir desse túnel. Gostava, porque também não queria ser tido por estar a falar sem saber, que o Senhor Presidente da Câmara lhes explicasse se isso era verdade ou se não era verdade, porque a ser verdade, da localização do túnel, terá que haver o edifício para aceder ao túnel, tendo que atravessar o espaço público. Não podia lá chegar de outra maneira. Portanto, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara explicasse àquela Assembleia, antes da votação do documento, aquela questão. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para esclarecer duas respostas numa. Quanto ao processo de licenciamento daquele projeto, podia, como ali já foi feito, inclusivamente pelo seu partido, solicitar um requerimento à Presidência da Câmara e seria disponibilizado pelo Sr. Vereador do Urbanismo, toda a informação que

solicitasse sobre esse tema. Quanto à primeira questão, que era aquela que relevava para aquele ponto, o Município não iria fazer nenhuma obra que beneficiasse um privado diretamente. Portanto, a intervenção que se falava na Avenida António Macedo, não tinha nada a ver com a intervenção que estava a decorrer no Campo da Vinha, por parte desse privado. Isso era uma questão de natureza urbanística, que deveria consultar junto dos serviços. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com trinta e seis votos a favor, com vinte e cinco abstenções e com dois votos contra.** **PONTO NÚMERO CINCO – MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL DENOMINADO “FRAÇÃO A DO EDIFÍCIO TEATRO CIRCO”.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada em reunião do Executivo de catorze de abril do ano em curso, nos termos da alínea i), número um, do artigo vigésimo quinto, Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, relativa à minuta do contrato de aquisição do imóvel denominado “Fração A do Edifício Teatro Circo”, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, passou a usar da palavra a **Sr.^a. Deputada do C.D.S.-P.P., MARIA ALEXANDRA PALMEIRA E ÁLVARES PEREIRA DE LIMA ANTUNES LOPES,** para salientar que : “O Grupo Municipal do CDS-PP, na sequência do voto de congratulação que expressou na Assembleia Municipal de trinta de dezembro de dois mil e vinte e um, vem manifestar novamente o seu apoio à aquisição da fração A do edifício do Teatro Circo, que passará para a esfera pública, permitindo que esse espaço seja usado para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais do município, impulsionadas por toda uma nova geração de artistas, profissionais e empreendedores que têm vindo a revolucionar o ecossistema criativo local, dando os primeiros passos na

*interseção entre artes, ciência, tecnologia e inovação, contribuindo para a renovação constante da cidade de Braga. A aquisição desta fração é, como já referimos, um importante investimento público que visa a preservação e potenciação do património edificado existente na cidade, permitindo restaurar a integralidade original do edifício e apoiar coletividades educativas e artísticas, oferecendo melhores condições infraestruturais para ensaios, novas formas de expressão artística, sobretudo na área das Media Arts. Neste domínio, é importante recordar que Braga é considerada pela UNESCO, desde dois mil e dezassete, uma Cidade Criativa, fazendo parte de uma rede de duzentas e quarenta e seis cidades espalhadas pelo mundo, que colocam a criatividade no centro do seu desenvolvimento social, cultural e económico, permitindo um desenvolvimento urbano mais sustentável e inclusivo. A aprovação desta minuta do contrato de aquisição do referido imóvel, é a fase final de uma pretensão legítima, que mais uma vez demonstra bem a vontade do executivo em valorizar o património cultural do Município, ao serviço dos Bracarenses. Numa altura em que Braga é uma das quatro cidades que passaram à seleção final de cidades portuguesas candidatas ao título de Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete, esta aquisição é mais um passo para o investimento na Cultura, encarada pelo município como um dos eixos fundamentais do concelho e da sua comunidade, avocando o valor estratégico deste equipamento na política cultural da autarquia, por via de uma aposta assumida na programação e na oferta cultural, artística e educativa de que a cidade dispõe. Atendendo a estes considerandos, é com muita satisfação que o Grupo Municipal do CDS-PP votará favoravelmente a minuta de aquisição desta fração”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com catorze abstenções**. Foi presente uma **Declaração de Voto por parte do Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO PEDRO***

CARVALHO MELO, que dizia: “A CDU votou favoravelmente a aquisição deste imóvel por entender que o mesmo é de inegável interesse público, não só porque se insere num conjunto de edifícios classificados como Bem Cultural de Interesse Municipal, mas também pelo que representa relativamente à expansão do Theatro Circo e à melhoria das condições do serviço público de cultura que este promove. Desde o primeiro contacto, sobre a vontade desta maioria exercer o direito de preferência na aquisição deste edifício, até hoje, não conhecemos nenhuma avaliação do imóvel feita pelo município, o que condicionou a tomada de posição plena sobre o valor proposto pelo proprietário. No entanto, face à urgência de cumprimento de prazos e o superior interesse público que encontramos nesta aquisição, não poderíamos deixar de continuar a acompanhar este sentido de voto, evitando que aquele espaço continuasse a ser usado por privados, perdendo a oportunidade da sua integração definitiva em domínio público e respetiva afetação à atividade cultural do Theatro Circo. Por fim, um apontamento político: é momento de recordar que, por um valor muito próximo, a Câmara Municipal de Braga recusou há poucos anos acionar o direito de preferência para aquisição de parte do edifício do castelo à IP. O edifício foi vendido e, atualmente, a Câmara Municipal de Braga paga a um privado pelo seu arrendamento. Da mesma forma, importa sublinhar que, numa perspetiva de investimento, enquadrada na estratégia cultural do município, a aquisição do referido imóvel não pode ser encarada como um ato isolado. Pelo contrário, deve impulsionar o projeto cultural para o Cineteatro São Geraldo, bem como a afetação do edifício da Confiança a funções culturais e sociais”.

**PONTO NÚMERO SEIS –
CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS
ESPECÍFICOS COM O MUNICÍPIO DE BRAGA – SACROMONTES DE
BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS – ESTATUTOS.**

*Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea u), do número um, do artigo vigésimo quinto, Anexo um e do número um, do artigo centésimo oitavo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a deliberação aprovada pelo Executivo em reunião de catorze de abril do ano em curso, relativa à constituição de associação de municípios de fins específicos com o Município de Braga – Sacromontes de Braga e Guimarães, Associação de Municípios – aprovação dos respetivos estatutos, cujo conteúdo se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** para, inicialmente, abordar uma questão prévia relativamente à resposta do Sr. Presidente da Câmara. Os arautos da democracia que se manifestaram tanto no início desta Assembleia, poderiam eventualmente, tomar posição nesta matéria. A democracia responsabiliza mais quem tem o poder. E se não for assim, então não há mesmo democracia. Relativamente a este projeto, que vamos votar favoravelmente, consideramos que é arrojado, até porque, segundo a Proteção Civil, a maior parte dos terrenos são privados e difíceis de trabalhar em termos de prevenção contra incêndios, provavelmente também será difícil nesta matéria. Mas digamos que a finalidade nos parece razoável e oxalá, aquilo que está nos estatutos, seja cumprido. Agora, há aqui um documento, que é a proposta, penso que é subscrito só pela Câmara de Braga, pelo menos não tem outro, que diz: a proteção e valorização da área florestal, que envolve os espaços sagrados ou sacralizados. Esta Assembleia é laica. Sempre ouvi dizer espaços de culto. Não tenho nada contra a terminologia Sacromontes, porque até em termos turísticos tem algum impacto. Agora, a espaços sagrados, não se diz da Sé. É um espaço de culto, para quem tem um culto. Vivo num monte de Braga, que também é um Sacromonte. Montariol, é dos*

*montes mais famosos da cidade. Portanto, acho que isso devia ser corrigido. Porque ninguém ofende ninguém, respeitando os respetivos domínios. E aqui estamos numa Assembleia Municipal, um espaço laico, com respeito por todas as religiões e por todos os cultos, que se comportem como deve ser, num estado republicano, laico e democrático e de direito”. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **DIOGO CARLOS MENDES ALMEIDA DA SILVA**, para destacar que: “A Associação ‘Sacromontes de Braga e Guimarães’ tem como objetivo a elaboração e execução do Programa Intermunicipal dos Sacromontes, assim como promover a valorização, reabilitação, restauro e promoção do património construído; a proteção da área florestal que envolve os santuários e povoados castrejos; a definição de ações para a gestão ativa e valorização da paisagem florestal; e a promoção integrada de toda a área e respetivos recursos como conjunto de elevado valor patrimonial e turístico. O Programa Intermunicipal dos Sacromontes é um projeto pioneiro a nível nacional que representa a união destas duas autarquias na concertação de ações que visam a promoção e qualificação de um território que representa um ativo único do ponto de vista ambiental, cultural, histórico, económico e turístico que é fundamental potenciar e que trará enormes benefícios para as duas comunidades. Os municípios de Braga e Guimarães têm vindo a encetar esforços no sentido de desenvolver uma estratégia de gestão do território que abrange o Bom Jesus do Monte, o Santuário do Sameiro, a Capela de Santa Maria Madalena, a Capela de Santa Marta do Leão e os povoados castrejos de Santa Marta das Cortiças, de Briteiros e de Sabroso, perfazendo uma área de cerca de dois mil e quinhentos hectares. Foi constituída nos dois municípios uma equipa multidisciplinar, que reuniu diferentes valências técnicas e iniciou um trabalho de partilha de conhecimentos e de articulação com vista à elaboração deste mesmo programa*

*intermunicipal. O Grupo do CDS-PP vai votar favoravelmente este ponto, pois entendemos ser uma mais valia para o desenvolvimento do nosso Concelho". Posta à votação foi a presente proposta **aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO SETE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO)**. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do número três do artigo H-um barra décimo oitavo do Código Regulamentar do Município de Braga, dos números um e dois, do artigo H-um barra décimo sexto e artigo H-um barra décimo sétimo do mencionado Código Regulamentar, a qual se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO OITO – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO**. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO** tomou do uso da palavra para, inicialmente, pedir desculpa por não ter estado no início da reunião, mas que lhe transmitiram que houve um Senhor que foi perguntar sobre a Feira das Velharias. E aquilo que queria responder era que, de facto, não havia nenhuma inibição à realização da Feira das Velharias. Agora, a Feira das Velharias ou de Antiguidades, como lhe quisessem chamar, não era promovida pelo Município, era promovida por um coletivo de pessoas e não entrou no Município nenhum pedido da organização para que a Câmara pudesse apreciar. Assim, viesse esse pedido, obviamente, que a Câmara iria conceder, nas suas regras, a sua autorização. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**: A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na*

*parte respeitante aos pontos um, dois, quatro, cinco e seis, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** À uma hora e trinta minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de vinte e nove de abril de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*